



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**WILLIAM SANTOS NASCIMENTO**

**O IRÃ NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO:  
CRISE NUCLEAR 2002-2015**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**WILLIAM SANTOS NASCIMENTO**

**O IRÃ NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO:  
CRISE NUCLEAR 2002-2015**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

N199i

Nascimento, William Santos.

O Irã nas páginas do jornal Folha de São Paulo : crise nuclear 2002-2015 / William Santos Nascimento. - 2021.

55 f. : il.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

1. Indústria nuclear - Irã. I. Folha de São Paulo (Jornal) - Estudos de caso. II. Irã - História - 2002-2015. III. Programa Nuclear Iraniano. IV. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 070.4098161

**WILLIAM SANTOS NASCIMENTO**

**O IRÃ NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO:  
CRISE NUCLEAR 2002-2015**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

Data de aprovação: 25/08/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Basilele Malomalo**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Paulo Alves Junior**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a cobertura do Jornal Folha de S. Paulo acerca do programa nuclear da República Islâmica do Irã entre os anos de 2002 e 2015. Foram analisadas o quantitativo de reportagens veiculadas, fontes de informações e identificados e contextualizados os assuntos que apareceram com maior e menor frequência. No aspecto metodológico foi utilizada a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo. Conclui-se que boa parte das matérias foi baseada em conteúdos de agências globais de notícias e houve ausência de contextualização histórica do tema.

**Palavras-chaves:** Folha de São Paulo (Jornal) - Estudos de caso. Indústria nuclear - Irã. Irã - História - 2002-2015. Programa Nuclear Iraniano.

## ABSTRACTO

Esta investigación analiza la cobertura del diario Folha de S. Paulo sobre el programa nuclear de la República Islámica de Irán entre los años 2002 y 2015. Se analizaron el número de reportajes emitidos, las fuentes de información y los temas que más aparecieron con identificados y contextualizados y con menor frecuencia. En el aspecto metodológico se utilizó la revisión de la literatura y el análisis de contenido. Se concluye que la mayoría de los artículos se basaron en contenidos de agencias de noticias globales y no hubo una contextualización histórica del tema.

**Palabras-clave:** Folha de São Paulo (Periódico) - Estudios de casos. Industria nuclear - Irán Irán - Historia - 2002-2015. Programa Nuclear Iraní.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 BREVE HISTÓRIA DO IRÃ CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>10</b>
2.1 NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO E O GOLPE DE ESTADO DE 1953 .....	12
2.1.1 A volta de Mohammed Reza ao poder .....	15
2.1.2 A queda da monarquia .....	19
2.2 A REVOLUÇÃO IRANIANA .....	21
2.2.1 Guerra Irã x Iraque .....	23
2.3 A REPÚBLICA ISLÂMICA.....	23
2.4 O PROGRAMA NUCLEAR DO XÁ.....	26
2.5 O PROGRAMA NUCLEAR DA REPÚBLICA ISLÂMICA.....	27
2.6 A CRISE NUCLEAR.....	28
<b>3 O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S. PAULO</b> <b>.....</b>	<b>31</b>
3.1 REVELAÇÃO E NEGOCIAÇÕES 2002-2005.....	32
3.2 SANÇÕES E TENSÕES 2005-2010.....	38
3.3 O ACORDO, BRASIL, TURQUIA E IRÃ.....	44
3.4 SANÇÕES E O ACORDO 2011-2015 .....	50
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em agosto de 2002, vieram à tona informações que a República Islâmica do Irã possuía instalações nucleares não declaradas a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)<sup>1</sup>. Imagens de satélites divulgadas pela imprensa norte-americana em dezembro do mesmo ano revelava a localização e os detalhes de duas plantas nucleares iranianas. Desde então a República Islâmica do Irã também conhecida como Irã, passou a ser acusado por alguns países ocidentais, especialmente os Estados Unidos, de desenvolver um programa nuclear secreto com a finalidade de fabricar armas nucleares.

A origem do programa nuclear do Irã remonta ao final da década de 1950, na época o país era governado pela monarquia pró-ocidental do Xá Reza Phalavi e os Estados Unidos foi o primeiro país a cooperar e a transferir tecnologia nuclear para o Irã. Acordos de cooperação e contratos foram firmados com outros países como Alemanha e França. Apesar do Xá assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)<sup>2</sup>, tinha em vista a aplicação militar da energia nuclear. (BANDEIRA, 2014, p.26).

Com a revolução iraniana de 1979, os países ocidentais cancelaram os acordos de cooperação e os contratos vigentes no campo nuclear com o Irã. Além disso, o líder da revolução, Aiatolá Khomeini, emitiu uma Fatwa, cancelando o programa nuclear e proibindo a produção de armas nucleares, classificando como opostas ao espírito do Islã. Após a morte de Khomeini em 1989, o seu sucessor, Aiatolá Khamenei retomou o programa nuclear, porém negou que o Irã pretendesse produzir armamentos nucleares. (BANDEIRA, 2014, p.35).

Em 2002 estourou a atual crise nuclear da República Islâmica do Irã, marcando mais de uma década de tensões caracterizada pela imposição de sanções, ameaças militares e longas negociações. Esta última, culminou no histórico acordo nuclear, oficialmente denominado de Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, em sua sigla em inglês) firmado entre o Irã e as cinco potências do Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França) mais a Alemanha, conhecido como grupo P5+1.

---

1 Fundada em 1957 e com sede em Viena, Áustria, a AIEA é uma organização internacional do sistema das Nações Unidas. Visa a promoção do uso pacífico da energia nuclear, a assistência técnica nessa área e a verificação de que os materiais e tecnologias nucleares continuem em uso pacíficos. Fonte: <https://tutorials.nti.org/glossary/?term=Reprocessing>

2 Assinado em 1968, é o acordo internacional de segurança com maior adesão. Os “três pilares” do TNP são o desarmamento nuclear, a não proliferação e o uso pacífico da energia nuclear. Ver mais em: <https://tutorials.nti.org/glossary/>



Nesse contexto, o presente trabalho analisa a cobertura do jornal Folha de S.Paulo acerca do programa nuclear do Irã, no recorte temporal 2002-2015. Identificando o quantitativo de matérias veiculadas, origens das notícias e assuntos abordados. A questão norteadora desta pesquisa é: Como o Jornal Folha de S. Paulo noticiou acerca do programa nuclear da República Islâmica do Irã? Quais aspectos foram ou deixaram de ser abordados e quais as origens dos conteúdos?

Quanto a escolha do Jornal Folha de S. Paulo, se deu primeiramente por ser o diário de maior circulação e alcance no Brasil, além disso, a Folha foi o primeiro veículo de imprensa brasileiro a possuir um correspondente fixo em Teerã, entre o final de 2011 e junho de 2014. Por último a facilidade de obter as edições do periódico, uma vez que a Folha disponibiliza um acervo virtual com todas as edições desde a fundação do jornal em 1922.

A justificativa da escolha do tema deste trabalho, estar diretamente relacionado ao meu contato em 2011 com o canal de notícias iraniano HispanTV. Trata-se do primeiro canal de noticioso sediado na República Islâmica voltado para o público de língua espanhola e portuguesa. Ao comparar o que era veiculado acerca do programa nuclear do Irã nos jornais brasileiros com o que era noticiado pela HispanTV notava uma profunda diferença de narrativas. A imprensa brasileira sempre apresentava o programa nuclear do Irã como uma ameaça ao mundo enquanto o canal iraniano destacava a importância e os usos da energia nuclear e o direito dos iranianos possuir a tecnologia para uso pacífico.

No primeiro capítulo, contextualizamos a história do Irã contemporâneo, tendo como ponto de partida a ascensão da dinastia Reza Phalavi em 1925, que governou o Irã até a revolução de 1979. A descrição histórica desse período é fundamental para entendermos as relações entre o Irã e o Ocidente e o processo que culminou com a derrubada da monarquia e a instauração da República Islâmica em 1979. Por fim trataremos do período pós revolucionário até os dias atuais.

No segundo capítulo abordaremos a trajetória do programa nuclear iraniano, antes e depois da revolução iraniana de 1979. Trataremos das ambições nucleares do Xá, paralisação do programa em 1979 e retomada na década de 1980.

Por fim, no terceiro capítulo analisaremos a cobertura do Jornal Folha de S. Paulo sobre programa nuclear do Irã (2002-2015) .

## 2 BREVE HISTÓRIA DO IRÃ CONTEMPORÂNEO

Em 1921, Reza Khan, um jovem, oficial militar e Sayyid Zia al-Din, jornalista e ativista político lideraram um movimento militar e político que culminou na derrubada do último monarca da dinastia Qajar. O Irã estava sob a influência estrangeiras onde companhias europeias detinha os direitos de mineração, bancos e estradas. A causa nacionalista defendida por intelectuais, clérigos e comerciantes estavam em plena ascensão e a monarquia persa fortemente debilitada controlava apenas algumas partes do país. É nesse contexto que Reza Khan liderou um movimento com viés nacionalista que obrigou o então Xá Ahmed a nomeá-lo como chefe das forças armadas e o seu companheiro Sayyid Zia al-Din, como primeiro ministro. Com o poder militar em mãos, Reza reorganizou o exército e esmagou diversas revoltas de caráter separatistas no norte do Irã, unificando o poder central em Teerã. (MACKEY, 2008, p.172).

Em 1923 o Xá Ahmed deixou o Irã com destino a Europa para cuidar da sua frágil saúde, quando tentou retornar em março de 1924, intelectuais e setores imprensa defendiam a criação de uma república secular tendo como presidente Reza Khan. O clero reagiu, mobilizando as massas contra a implantação de uma República. A reação do clero fez Reza Khan abandonar a ideia de uma República e renunciar ao cargo de Primeiro-ministro e chefe do exército.

Em outubro de 1925, Reza Khan deu um golpe militar e instaurou uma ditadura, fazendo com que o Parlamento o nomeasse Xá da Pérsia, transformando-se no fundador de uma nova dinastia, a Pahlevi. Treinado nas brigadas cossacas, Reza, à frente de um grupo de oficiais de sua confiança, passou a governar com mão de ferro, como seu ídolo Kemál Atatürk, o modernizador da Turquia. Assim como o líder turco, reprimiu a religião e estimulou o culto à sua personalidade. (COGGIOLA, 2007, p.34)

Ao assumir o poder , o Xá procurou modernizar o país ao estilo Ocidental. Retirou o sistema de educação das mãos dos clérigos, implantou um sistema de saúde, proibiu vestimentas tradicionais, urbanizou cidades, construiu a Via Férrea Nacional Iraniana ligando o mar Cáspio ao Golfo Pérsico, modernizou e equipou o exército.

Aplicou sua vontade pelo terror exemplar, por castigos públicos, mas, por outro lado, diminuiu a influência estrangeira, proibindo a venda de terras a não iranianos, e revogou a concessão britânica para produzir moeda nacional. Construiu fábricas, portos, hospitais, edifícios, avenidas, introduziu o sistema métrico e o casamento civil. ( COGGIOLA, 2007, p. 34).

A tarefa empreendida pelo o Xá de modernização do Irã, entrou em conflito com as raízes da sociedade iraniana, baseada no Islã Xiita. Reza Khan desafiou os grandes poderes de mobilização popular dos clérigos, impondo medidas seculares por meio da repressão e da força. Na visão política do monarca persa, o Islã era o responsável pelo atraso do seu país.

Na sua cruzada contra o Islã, o Xá levou adiante o projeto de concessão de direitos as mulheres persas. Decretou em 1935 a proibição do uso do véu. Este decreto agravou o nível de descontentamento dos clérigos e da sociedade de maneira geral. De acordo com Mackey (2008, P. 54), “de todos os movimentos do Xá Reza contra as instituições e práticas do Xiismo, nenhum produziu o mesmo nível de resposta pública, como a mudança na condição de mulheres”. Além de proibir o uso do véu, o Xá limitou as peregrinações as cidades sagradas do islã xiita como Karbala no Iraque e Meca na Arábia Saudita. No mesmo ano, o Xá Reza mudou o nome do país que então chamava Pérsia para Irã.

A imposição de medidas contrarias ao Islã, enfureceu a comunidade religiosa iraniana, todavia não houve um movimento de massas no sentido de pressionar o Xá a reverter as normas secularizantes. “O Xá Reza teve sucesso em remover largamente o Xiismo como coparticipante do Estado porque não existia nenhuma figura de autoridade capaz de chamar o fiel a resistência.” (MACKEY,2008, P. 184).

Em 1939 teve início a Segunda Guerra Mundial e o Irã se declarou neutro. Os aliados queriam utilizar a Ferrovia Nacional Iraniana para transportar materiais de guerra da Inglaterra até a Rússia. Porém Reza Khan estava sob a influência da Alemanha Nazista. Ao final de 1930 mais da metade do comércio exterior iraniano era realizada com a Alemanha. Reza Khan recusou-se a cooperar com os aliados e em 1941 os imperialistas britânicos e a Rússia invadiram o Irã.

Além da utilização da estrutura logística iraniana, Coggiola (2007, P. 26) aponta que em 1941, depois da invasão da União Soviética pela Alemanha, tropas britânicas e soviéticas invadiram o Irã, para não perder a sua principal fonte de abastecimento de petróleo.

As tropas estrangeiras obrigaram Reza a abdicar e colocaram em seu o trono o seu filho Mohammed Reza Pahlevi. O novo Xá permitiu a utilização da ferrovia e manutenção das tropas Russas e britânicas até o fim da Guerra.

Mohammed Reza Pahlevi fora educado em Londres e nem sequer falava persa (farsi). Os interesses britânicos no país fizeram que o novo xá se tornasse um verdadeiro

fantoches dos europeus, realizando suas vontades sem maiores resistências, especialmente na escolha dos primeiros-ministros, os governantes de facto no regime iraniano. ( COGGIOLA, 2008, P. 35).

As condições do novo Xá da dinastia Pahlavi era ideal para os interesses britânicos. Porém, a presença de tropas e a exploração do petróleo por estrangeiros no Irã, desencadeou um movimento de massas de cunho nacionalista.

No Majilis (parlamento), um grupo de parlamentares nacionalistas liderados por Mohammed Mossadegh reivindicava o fim do controle britânico sobre a indústria petrolífera Iraniana. Após intensa mobilização, Mossadegh e os seus aliados conseguiram colocar em votação em 1951 uma lei que nacionalizava o petróleo, porém, o então primeiro ministro nomeado pelo Xá, Ali Razmara negou-se a pôr em prática e acabou sendo morto. Dois meses depois o parlamento elegeu Mossadegh e a nacionalização do petróleo foi efetivada.

## 2.1 NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO E O GOLPE DE ESTADO DE 1953

O movimento de nacionalização da indústria petrolífera iraniana é considerado por Mackey (2008, p.189) como a “segunda revolução contra a subjugação nacional e a monarquia absoluta”. A causa nacionalista que visava assegurar a soberania do Irã sobre os seus recursos petrolíferos e interesses nacionais contou com o apoio de distintos grupos sociais. O líder do movimento, Mohammed Mossadegh foi eleito Primeiro-Ministro em 1951 e nacionalizou o petróleo. Em 1953, o governo de Mossadegh foi derrubado por um golpe de Estado, orquestrado pelas agências de inteligência dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Os ingleses exploravam o petróleo iraniano desde 1909, através da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana (AIOC). A distribuição dos lucros era desproporcional, os ingleses lucravam mais do que os iranianos.

Seus lucros somente em 1950, ultrapassaram o que ela pagou de royalties ao Governo iraniano em quase 50 anos de atividade; 50 poços em pleno funcionamento, produzindo 30 milhões de barris por ano, tornava o Irã o quarto produtor mundial de petróleo. Mas enquanto os ganhos do Estado iraniano representava apenas 23 milhões de libras em 1950, ou seja, a metade de seu orçamento, a empresa faturava cinco vezes mais e pagava de impostos à Grã-Bretanha 40 milhões de libras. ( LIMA, 1979, p.41).

A injusta distribuição dos lucros do petróleo, era constantemente denunciadas no parlamento, divulgadas nos jornais, mesquitas e reverberando nas ruas, tornando-se uma enorme causa popular, aglutinando diferentes forças políticas em torno da nacionalização do petróleo.

Pressionado, o Xá delegou ao então Primeiro-ministro Haj Ali Razmara a incumbência de apresentar ao parlamento um acordo suplementar que dividia os lucros da AIOC por igual. A proposta foi rechaçada pelos deputados da Frente Nacional, um grupo de parlamentares nacionalistas liderados por Mohammed Mossadegh, veterano político que desde 1919, denunciava a exploração de petróleo pelos ingleses no Irã. (LIMA, 1979, p. 42).

Em março de 1951, o Primeiro Ministro Ali Razmara foi assassinado em Teerã e o vácuo político foi preenchido por Mossadegh que contava com amplo apoio popular, especialmente dos clérigos xiitas que exercia forte poder de mobilizações das massas. Em 29 de abril de 1953, o parlamento elegeu Mossadegh como Primeiro-Ministro. Logo após assumir o governo, em 1 de maio, Mossadegh colocou em vigor a lei da nacionalização do petróleo. “Fazendo do Irã o primeiro país do Terceiro Mundo a desafiar os interesses econômicos de uma importante potência.” (MACKEY, 2008, P. 200).

Em substituição a Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana foi criada a Companhia Nacional Iraniana de Petróleo. Pela primeira vez, o governo do Irã assumiram o controle total da principal fonte de riquezas do país. A atitude nacionalista de Mossadegh resultou em um esmagador apoio popular que beirava os 100%. (COGGIOLA, 2007, P. 39).

A Inglaterra reagiu contra a nacionalização da AIOC, impedindo o Irã de comercializar o seu petróleo no mercado internacional. Com esta medida, a principal fonte de receita do Irã começou a escassear, resultando em uma grave crise econômica. Os britânicos levaram Mossadegh aos tribunais internacionais. Primeiramente apresentou uma resolução ao Conselho de Segurança da ONU, solicitando ao Irã a devolução da empresa de petróleo. Em uma atitude corajosa, Mossadegh viajou até Nova Iorque e apresentou pessoalmente o caso ao Conselho de Segurança (CS), defendendo a tese de que a nacionalização do petróleo era uma questão de soberania nacional. O Conselho de Segurança negou a Inglaterra o pedido de devolução da empresa de petróleo. Inconformados, os britânicos levaram o caso até a Corte de Haia.

Mossadegh reagiu alegando que a nacionalização do petróleo era um assunto interno do seu país, estando fora da competência da corte. E que, além disto, a lei previa o pagamento de uma justa indenização à empresa. Mais tarde, em julho de 1952, num momento-chave para Mossadeq, a corte acabaria acatando o seu ponto de vista. (LIMA, 1979 P. 44)

Vitorioso no campo diplomático, Mossadegh teve que enfrentar uma gravíssima crise econômica em seu país. A saída de técnicos e o embargo imposto pela Grã-Bretanha paralisou a indústria petrolífera. Ainda na conjuntura interna, “Até meados de 1952, Mossadeq ainda contava com o apoio dos grupos que o havia levado ao governo: a Frente Nacional, o Partido dos trabalhadores, os religiosos, os comerciantes, o Tudeh. O Xá estava relegado a segundo plano e o Exército neutralizado.” (LIMA, 1979 p. 46).

O apoio das diversas forças políticas iraniana a Mossadegh vieram a deteriorar com a grave situação econômica do Irã e a atitudes autoritárias do Primeiro-ministro perante as algumas reivindicações populares.

[...] o nacionalismo de Mossadegh mostrou rapidamente as suas limitações de classe. As plenas liberdades democráticas, apesar de serem reivindicadas pelo movimento popular, não foram concedidas. O Partido Tudeh, posto na ilegalidade desde 1949, não foi legalizado, sua atividade continuou sendo semiclandestina. Mossadegh não executou a reforma agrária e ainda fez passar uma lei de interdição das greves. (MACKEY, 2008 p.80.)

Além de lidar com a perda de importantes aliados internos, Mossadeq enfrentava no âmbito internacional condições adversas. Buscando melhorar a situação financeira do Irã, procurou em vão obter ajuda do EUA. De início a nacionalização do petróleo iraniano era favorável aos EUA pois enfraquecia a presença britânica no Oriente Médio. A situação mudou de rumo quando diante da recusa dos norte-americanos em ajudar o Irã, Mossadeq começou a fazer acenos a União Soviética.

Com o temor anticomunista crescendo cada vez mais nos Estados Unidos, os golpistas da CIA não tiveram dificuldade em convencer Eisenhower de que o Irã estava prestes a se tornar um país comunista, fenômeno que poderia espalhar-se pela região e se tornar um desastre político imenso para os Estados Unidos. (COGGIOLA, 2008, P. 40).

Embora, a possibilidade do Irã se tornar um país comunista fosse remota, os Estados Unidos via o nacionalismo de Mossadeq como um empecilho aos interesses norte-americanos na região. Aproveitando a situação de fragilidade interna do Irã, a Agência Central de Inteligência

(CIA) em coordenação com a Agência Britânica de Inteligência M16 articularam a derrubada do governo Mossadeq em uma operação conhecida como Ajax.

A operação Ajax foi conduzida pelo Comandante da CIA no Oriente Médio, Kermit Roosevelt e basicamente consistiu no suborno das forças armadas e lideranças despontadas com Mossadeq. De acordo com Coggiola, (2007, p.41) Turmas de provocadores foram contratadas para fazer arruaças no centro da cidade, em nome de Mossadegh. A depredação, o vandalismo, o suborno de jornalistas para manipular a opinião pública, aliados ao embargo imposto ao país pela Grã-Bretanha, foram os meios da preparação golpista.

Enquanto o Xá Mohammed Reza se encontrava em Roma, uma multidão contratada com dinheiro distribuído pela CIA marchava em direção ao escritório de Mossadeq em Teerã. Nas ruas as forças armadas leais ao Xá atacavam os simpatizantes de Mossadeq. Sem ter condições de resistir, o Primeiro-ministro foi preso e o Xá Reza Pahlavi retornou ao Irã no dia 22 de agosto.

### **2.1.1 A volta de Mohammed Reza ao poder**

O golpe de Estado articulado pelas agências de inteligência dos Estados Unidos e Inglaterra que derrubou o governo do Primeiro-ministro Mossadeq (1951-1953), possibilitou que o Xá Mohammed Reza reassumisse o governo do Irã. Governando como um ditador, o Xá criou uma polícia política, a Savak, permitiu que as empresas estrangeiras participasse da indústria petrolífera iraniana e implementou um conjunto de reformas visando modernizar e ocidentalizar o Irã. “O programa da revolução do xá acabou por se transformar no efeito contrário e desencadear a crise final do regime.” ( CABRAL FILHO, 1979, P. 97)

Na década de 1960, o projeto de modernização do Irã idealizado pelo Xá, ficou conhecido como “Revolução Branca”. Tinha como meta principal uma ampla reforma agrária e abrangia ainda uma série de outras medidas como alfabetização em massa, ampliação dos direitos das mulheres e reformas administrativas.

No Irã, foi feita uma “reforma agrária”, enriquecendo os donos de terra, que receberam enormes compensações, com as quais eles foram encorajados a investir em novas indústrias. Os principais atingidos foram os camponeses pobres. Mais de 1,2 milhão deles tiveram suas terras expropriadas, levando-os à fome e ao êxodo para as cidades, onde ofereciam trabalho barato para os novos capitalistas ( COGGIOLA, 2008, p.44).

A reforma agrária do Xá não surtiu os efeitos desejados, a massa de camponeses que deslocaram para a cidade iria contribuir para a revolução de 1979. Além disso, Mackey (2008, p. 220) aponta que a distribuição das terras visava cortar as fontes de financiamento da aristocracia e do clero em troca da lealdade dos camponeses. Medidas secularizantes como a proibição do uso do véu pelas mulheres acirrou ainda mais as tensões com a comunidade xiita iraniana.

É nesse contexto que surge o líder da revolução de 1979, o Aiatolá Khomeini.

Foi o aiatolá Khomeini que desafiou a Revolução Branca do xá. Acusando a distribuição anunciada de terras clericais aos camponeses e a emancipação das mulheres, Khomeini condenou a revolução Branca como sendo o ataque final de Pahlavi aos poderes remanescentes do clero e à posição da religião na sociedade iraniana. Retratando-se como consciência de uma nação, Khomeini declarou que a Revolução Branca desviava da vontade de Deus e violava a fé. (MACKEY, 2008, p.224)

Em 1963, uma violenta ação policial em uma escola religiosa xiita na cidade de Qom, deixou 70 estudantes mortos. O episódio, marcou a ascensão do aiatolá Khomeini na arena política iraniana, desencadeando massivas manifestações contra o regime do Xá.

Posicionando-se para confrontar o Xá Mohammed Reza no campo de batalha político, Khomeini liderou as cerimônias tradicionais de luto em homenagem aos estudantes mortos de Faiziyeh, 40 dias depois do ataque. Da Grande Mesquita de Qom, ele falou sobre martírio e política com uma paixão e coragem nunca antes vistas no Irã do século XX. (MACKEY, 2008 p.225).

As duras críticas do aiatolá Khomeini contra o regime do xá em um discurso realizado no dia 03 de junho de 1963, levou a prisão no dia seguinte pela polícia do Xá. Quando a notícia da prisão se espalhou, multidões foram as ruas protestar. Tropas do governo, reprimiram duramente os protestos, deixando dezenas de mortos e feridos.

Khomeini deixou a prisão no início de 1964, desafiando a repressão do Xá, continuou denunciando e criticando as ações secularizantes, repressivas e de submissão aos interesses norte-americano. Em outubro de 1964, um polêmico projeto que outorgava imunidade diplomática a militares e assessores e norte-americanos foi fortemente denunciado pelo Aiatolá.



A circulação das críticas e ideias de Khomeini levou a ser exilado na Turquia em 1964 e depois ao Iraque em 1965.

No aspecto econômico, graças as vultuosas receitas provenientes da exportação de petróleo o Xá conduziu políticas econômicas que pouco contribuiu para diminuir as desigualdades sociais no Irã. As receitas provenientes do petróleo aumentaram consideravelmente na década de 1970. A disparada do preço do barril do petróleo em decorrência da quarta guerra Árabe Israelense em 1973, multiplicou por 20 a renda do Irã com as exportações petrolíferas, chegando a uma receita de 20 bilhões de dólares anuais. (LIMA, 1979, p.20).

Com a incorporação dos petrodólares a economia, o Xá conduziu entre 1972 e 1978 uma política de investimentos na infraestrutura do país, especialmente no sistema de transporte e no setor agrícola e posteriormente estabeleceu planos de desenvolvimentos na indústria, mineração e em recursos humanos. Os investimentos do Estado proporcionaram o surgimento de uma pequena e frágil industrialização do Irã, marcado pelo estabelecimento de indústrias de montagens como a Chevrolet e a Ford.(LIMA, 1979, p.23).

Apesar dos investimentos em infraestrutura, boa parte dos recursos proporcionados pelo o boom do petróleo foi canalizado para a compra de armamentos. O Xá desejava transformar o Irã em uma grande potência militar.

Com os bilhões de dólares do petróleo, o xá dotou suas Forças Armadas, de quase 500 mil homens, dos mais sofisticados equipamentos de que se tem notícia – só os Estados Unidos venderam ao Irã 12 bilhões de dólares em armas entre 1972 e 1978. A brutal polícia política – a Savak – deu ao Irã, em 1977, segundo a organização Anistia Internacional, o primeiro lugar no mundo entre os países violadores de direitos humanos. (COGGIOLA, 2008, p. 64).

As ambições militares econômicas e militares do Xá contrastava com a realidade iraniana. As riquezas do país estavam concentradas nas mãos de algumas centenas de famílias. Os planos econômicos fracassaram e ampliou se consideravelmente as desigualdades sociais.

Apesar do elevado crescimento econômico na década de 1970, as condições de vida da imensa maioria dos iranianos eram degradantes. O Xá desperdiçava volumosos recursos na aquisição de sofisticados armamentos e equipamentos militares ocidentais. Em 1977 o Irã possuía a maior marinha do Golfo Pérsico, a força aérea mais moderna do Oriente Médio e ostentava o título de ser a 5 maior força militar do mundo. (LIMA, 1979, P.58).

As forças de segurança, especialmente a SAVAK eram ferramentas utilizadas na repressão a qualquer tentativa de oposição ao xá. A paz social era mantida graças aos serviços de segurança do Estado, pois tanto o Exército quanto a SAVAK agiram como se fossem os olhos, as orelhas e os calcanhares do rei. (MACKEY (2008, P. 195).

No aspecto político, depois de 1953 o regime do Xá, perdeu a sua legitimidade política e a sua popularidade. Apesar da repressão política e policial a oposição continuou atuando na clandestinidade por diversos meios. Na tentativa de dar legitimidade ao sistema político, em 1975 foram criados 4 partidos políticos controlados pelo Xá. Dessa forma não o existia grupos políticos com permissão legal para operar e criticar o sistema político.

Diversas forças políticas operava na clandestinidade fazendo oposição ao regime do Xá e defendia diferentes sistemas políticos. O Partido Comunista Tudeh, formado em 1941 defendia o estabelecimento de uma monarquia constitucional, porém devido as ligações com a União Soviética e defesa de ideias seculares, não contava com apoio da comunidade religiosa do Irã. Os partidários de Mossadeq que formava a Frente Nacional, reunindo diversos espectros políticos com a exceção dos comunistas, defendia uma monarquia constitucionalista, liberdade política e de imprensa. Mossadeq desejava uma monarquia ao estilo do Reino Unido ou da Bélgica.

Diferentemente da Frente Nacional o Aiatolá Khomeini não buscava o estabelecimento da monarquia constitucional, mas uma nova forma de governo Islâmico. O Aiatolá expôs o essencial de sua teoria política em uma serie de sermões apresentados no principal seminário religioso na cidade de Najab no Iraque. Em 1969, Khomeini apresentou o plano para criar um Governo Islâmico. Segundo Mackey (2008, P.336) fascinado com Aristóteles e Platão, Khomeini escolheu o modelo grego e o adaptou a uma República Islâmica que seria dirigida por um teólogo Xiita, e não por um filosofo soberano.

O aiatolá Khomeini conseguiu criar uma ampla aliança de forças sociais, desde os comerciantes dos Bazares e o clero, até os intelectuais e os pobres. Assim como as organizações políticas que variava desde o movimento de libertação de caráter religioso, até a Frente Nacional de tendência secular. Aiatolá Khomeini considerava o xá o responsável pelos problemas do Irã, principalmente a insegurança, corrupção e dependência econômica do ocidente. Khomeini insistia nos meios não violentos contra a monarquia do Xá.

### 2.1.2 A queda da monarquia

Na década de 1970, as receitas do petróleo proporcionavam ao Xá, recursos necessários capazes de alavancar o regime. No entanto uma crise econômica em forma de uma inflação aguda assolou o país. A crise econômica coincidiu com a pressão internacional para relaxar o controle policial, acabar com a selvageria da SAVAK e melhorar a situação dos direitos humanos no Irã. “A brutal polícia política a Savak – deu ao Irã, em 1977, segundo a organização Anistia Internacional, o primeiro lugar no mundo entre os países violadores de direitos humanos.” (COGGIOLA, 2008, p. 227).

Em meados de 1977 massivas manifestações em pró das liberdades civis, tomaram conta do Irã. Os manifestantes foram duramente reprimidos e uma greve geral estourou nas principais do país.

De acordo com Lima (1979, p.65) o ponto de inflexão se produziu em 07 de janeiro quando um jornal financiado pelo estado publicou um artigo criticando fortemente o clero e em especial o Aiatolá Khomeini. O artigo causou indignação no centro religioso de Qom, levando milhares de pessoas as ruas a protestarem. Os protestos resultaram em enfrentamentos com a polícia, deixando um saldo de 70 mortos e mais de 500 feridos. Ciclos de agitações em 40 dias estavam a caminho, agravando seriamente a aparente solidez da monarquia persa.

Em 19 de agosto de 1978, um incêndio criminoso atribuído a Savak em um cinema na cidade petroleira de Abadan, causou a morte de cerca de 400 pessoas. A tragédia, desencadeou ciclos de massivos protestos no Irã. O Xá reagiu decretando lei marcial. Em 08 de setembro, as forças de segurança abriu fogo contras os manifestantes em uma confrontação que ficou conhecida como sexta-feira negra. “Entre 2 mil e 4 mil pessoas foram mortas pelas forças de segurança do xá Pahlevi.” (COGGIOLA, 2008 P.68).

O massacre debilitou ainda mais a sustentação do regime do xá. Reza procurou minimizar a crise fazendo concessões políticas a oposição, beneficiando a oposição moderada e secular da Frente Nacional. (MACKEY, 2008, p.269).

As concessões não conteve o avalanche de manifestações contra o regime. Desde o exílio no Iraque e depois em Paris, o aiatolá Khomeini continuava com a sua retorica anti-xá, as demandas, discursos e entrevistas circulava clandestinamente no Irã por meios de fitas cassetes.

Além de massivas manifestações, greves estouraram em diversas partes do Irã, acentuando a derrubada do regime. De acordo com Coggiola (2008, p.68) As greves paralisaram toda a máquina estatal, sobretudo quando se somaram a elas os funcionários públicos e os trabalhadores da indústria do petróleo que paralisaram o país.

A greve dos petroleiros paralisou a economia iraniana e os funcionários públicos escancararam a corrupção do regime do Xá.

O funcionalismo público e os bancários tiveram papel fundamental na exposição da corrupção do regime. Escriturários dos bancos abriram os livros para revelar que nos últimos três meses de 1978, um bilhão de libras tinham sido retiradas do país por 178 membros da elite, assim como o xá, que havia transferido quantia similar para os Estados Unidos. (COGGIOLA, 2007, P. 71).

Em sua tentativa de sobrevivência, o Xá manteve uma dupla política, enquanto reprimia as manifestações, concedia anistia aos presos políticos. A ação mais importante foi a permissão para o aiatolá Khomeini regressar ao Irã.

Em 10 de dezembro de 1978, na véspera Ashura em que é celebrado martírio de Hussein, as multidões recorriam a liderança do aiatolá Khomeini e pedia a derrota da monarquia. Dessa vez as forças armadas se recusaram a continuar atirando indiscriminadamente na população. Sem o controle do exército, o Xá fez algumas concessões com a finalidade de continuar no poder. Conforme relata Coggiola:

Com a pressão do presidente norte-americano Jimmy Carter (que ameaçou embargar o suprimento de armas), o regime fez concessões a última hora, libertando trezentos prisioneiros políticos, relaxando a censura e reformando o sistema judicial. As medidas, ao contrário do esperado, provocaram o aumento dos protestos da oposição ( COGGIOLA, 2008, p.72).

Sem condições de sobreviver no poder, o xá nomeou um veterano político da Frente Nacional como Primeiro-Ministro, Shapur Bakhtiar. Em 16 de janeiro de 1979, o monarca partiu de férias para o Egito e nunca mais retornaria. Depois de 15 anos no exílio, o Aiatolá Khomeini retornaria para o Irã, onde milhões de pessoas o aguardava.

## 2.2 A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979

Ao regressar da França em 1 de fevereiro de 1979, uma multidão estimada em cinco milhões de pessoas aguardava euforicamente o aiatolá Khomeini. O governo do Primeiro-Ministro Chapour Bakhtiar, nomeado pelo Xá, foi considerado ilegal por Khomeini que formou um governo Revolucionário provisório. A Revolução triunfou em 11 de fevereiro.

Nas ruas a população enfurecida, juntamente com soldados desertores, partidários do Tudeh e de diversas organizações independentes, pegaram em armas e atacaram edifícios do regime, postos policiais e instalações da temível SAVAK, assim como a famosa prisão de Evin onde o Xá mantinha presos políticos. Segundo Coggiola (2007, p. 81). Com a tomada de quartéis e arsenais ao longo do fim de semana revolucionário, cerca de 140 mil armas caíram nas mãos dos rebeldes.

A Guarda Imperial, unidade de elite, leal ao então Primeiro-ministro Chapour Bakhtiar foram ordenadas a atacar os revoltosos, mas os oficiais descumpriram as ordens e chamaram de volta os soldados aos quartéis. Sem o apoio militar, Bakhtiar demitiu-se e os revolucionários assumiram o poder. O Exército dissolveu-se, assim como a Savak e o Majilis, a assembleia dos deputados que sustentavam o regime deposto. Todo o sistema político-militar iraniano, apoiado pelo imperialismo ocidental desde 1953, ruína. (COGGIOLA, 2008, P.80).

A classe trabalhadora iraniana desempenhou um papel fundamental na derrubada do Xá. As greves gerais paralisaram desde junho de 1977 a indústria petrolífera Iraniana e a máquina pública do estado. Embora organizada, a classe trabalhadora carecia de dirigentes que os levasse até o poder. Essa carência foi assumida pelos partidários de Khomeini. Conforme aponta Coggiola,

A revolução foi, de fato, tomada dos trabalhadores em 1979, principalmente pela política hesitante das organizações de esquerda. Os mulás militantes estavam em melhor posição para dirigir a revolução, pois eram a única força com intenções políticas definidas, organização e uma estratégia prática. (COGGIOLA, 2008, P.87).

Liderando o Conselho Revolucionário, o Aiatolá Khomeini nomeou provisoriamente como Primeiro-Ministro, Barzagan, um ex ministro de Mossadeq e membro da Frente Nacional. Um referendo realizado em março de 1979, estabeleceu como forma de governo a República

Islâmica. Em junho, uma Assembleia Constituinte composta em sua maioria por partidários de Khomeini definiu o atual sistema político do Irã.

Em novembro de 1979, um grupo de estudantes invadiu a embaixada norte-americana em Teerã e tomou como reféns os integrantes do corpo diplomático. O episódio ficou conhecido como “crise dos reféns” e marcaria o início das tensões com os Estados Unidos com rompimento das relações diplomáticas, imposição de sanções e o congelamento de bens iranianos. O reféns permaneceram 444 dias sobre o controle dos rebeldes. A ação foi motivada pelo fato dos EUA conceder permissão para o Xá Mohammed Reza realizar tratamento médico em território americano. De acordo com Mackei (2008, P. 220), “na percepção popular, o xá deposto em Nova Iorque significava nada menos que a intenção dos Estados Unidos de derrotar a revolução e restaurar a Dinastia Pahlavi”. Inconformado com a crise e sem poder de ação, Barzargan demitiu-se do cargo de Primeiro-Ministro e o Conselho Revolucionário assumiu totalmente as rédeas do governo Iraniano.

No início de 1980, procedeu-se à eleição do 1ª presidente da República Islâmica. Foi eleito Abul Hasan Bani Sadr, que desfrutou de amplo apoio popular, inclusive de profissionais liberais de classe média. Por um ano e meio, ele trabalhou duro para resolver a crise dos reféns, bem como para manter os princípios estabelecidos de legalidade e governo secular, mas, como Bazargán, ele finalmente desistiu e Khomeini o destituiu em 1981.

A queda de Bani-Sadr e a eleição de membros do clero para a presidência e a chefia de governo, em junho de 1981, consolidaram a hegemonia do Partido Republicano Islâmico e deram início à República Islâmica. Intelectuais de esquerda, comunidades religiosas rivais, organizações feministas, partidos democráticos e socialistas passaram a ser reprimidos. A lei islâmica se sobrepôs à lei secular. (COGGIOLA, 2008, p. 89).

Dessa maneira, foi consolidada a República Islâmica, um sistema de governo teocrático baseado em valores islâmicos xiitas. A consolidação do sistema islâmico representou um duro golpe aos interesses norte-americanos na região, não somente pela perda de um importante aliado mas pelo exemplo que poderia ser seguida por outras nações muçulmanas. O ditador Iraquiano Saddam Hussein viu o Irã revolucionário como ameaça e aproveitou o caos do processo revolucionário para invadir a República Islâmica em 1979.

### 2.2.1 Guerra Irã x Iraque

Aproveitando o cenário de confusão, após a Revolução islâmica de 1979, o exército iraquiano com o apoio dos Estados Unidos, invadiu o Irã em 23 de setembro de 1979, Saddam Hussein estava confiante em uma vitória fácil e calculava ocupar o território iraniano em apenas duas semanas. De acordo com Coggiola (2007, P. 268), O verdadeiro objetivo da invasão era debilitar o regime iraniano e dessa forma conter o avanço da República Islâmica.

Segundo Coggiola (2007, p.103), “ a intenção de Saddam Hussein era fazer uma guerra curta, extremamente móvel, com tanques e aviões, que lhe permitisse estar em Teerã três semanas, como ele assegurara aos norte-americanos.” No entanto, Saddam se deparou com uma resistência feroz do recém-criado Exército do Corpo de Guardiões da Revolução Islâmica (CGRI) e das forças populares que se uniram para proteger a República Islâmica.

A maior parte dos armamentos iranianos havia sido adquirido pelo regime do Xá, especialmente dos Estados Unidos. A maioria dos armamentos estava inutilizado devido à falta de reposição e reparos de peças e o Irã foi embargado de comprar peças de reposição ou comprar novas armas. Por outro lado, o Iraque era abastecido com armas de grande poder de destruição, fornecidos por países ocidentais, que chegou até mesmo fornecer componentes utilizados na fabricação de armas químicas, que os iraquianos utilizaram contra as tropas iranianas e a população civil curda do norte do Iraque ao longo da guerra.

O conflito terminou em agosto de 1988, com enormes perdas materiais e humanas para ambos países. A guerra acabou fortalecendo a República Islâmica, o povo se uniu para defender o governo contra a agressão estrangeira. A capacidade de defesa dos iranianos reforçou a soberania nacional e o avanço na produção de dos próprios equipamentos. O princípio da autossuficiência e da independência estrangeira reforçaria nas décadas seguintes a necessidade de produzir combustível nuclear para atender suas necessidades.

## 2.3 A REPÚBLICA ISLÂMICA

O sistema político iraniano estabelecido após a revolução de 1979 é único no mundo. Foi constituído uma República baseada em princípios islâmicos xiitas. Além da existência dos poderes executivos, legislativo e judiciários independentes. O governo da República Islâmica

possui uma autoridade que faz a gestão religiosa e política baseado na jurisprudência xiita, o Líder Supremo.

Oficialmente, o líder Supremo é a autoridade máxima política e religiosa da República Islâmica. Controla as forças armadas, judiciário e de maneira geral determina as diretrizes do sistema, tendo a última palavra em assuntos relacionados a política externa e a defesa. O líder Supremo é eleito e tem as suas funções supervisionadas pela Assembleia de Especialistas, um órgão composto por 88 juristas eleitos diretamente pelo povo para um mandato de 8 anos.

De acordo com a Constituição da República Islâmica do Irã, o poder executivo é exercido pelo Presidente da República, eleito por sufrágio universal para um mandato de 4 anos. O poder legislativo cabe a Assembleia Consultiva Islâmica, composto por 290 parlamentares, eleitos a cada 4 anos. Os deputados aprova ou desaprova os ministros indicados pelo presidente. Vota e supervisiona leis e tem o poder de destituir o presidente.

A legislação aprovada no parlamento é submetida ao Conselho dos Guardiões, que analisa a conformidade das leis com a Sharia (Lei islâmica) e a constituição. O Conselho tem ainda a importante prerrogativa de supervisionar todos os processos eleitorais. A sua composição é formada por 12 juristas da lei Islâmica, sendo 6 nomeados pelo Líder Supremo e 6 indicados pelo Poder Judiciário e submetidos a aprovação no Parlamento. O poder Judiciário é exercido pelos tribunais e a nomeação das autoridades cabe ao Líder Supremo. (HISPANTV, 2019).

Dessa maneira, além das eleições presidenciais, a República Islâmica do Irã, celebra 3 eleições distintas, para eleger os membros do Parlamento, Assembleia dos Especialistas e dos Conselhos Municipais e Rurais, todas sob a supervisão do Conselho dos Guardiões. (HISPANTV, 2019).

Com o falecimento do Aiatolá Khomeini em 03 de junho de 1989, a Assembleia dos Especialistas escolheu como sucessor o atual Líder Supremo, Ali Khamenei, na época, presidente da República Islâmica. Nas eleições presidenciais de agosto de 1989, o então presidente do Parlamento, Ali Akbar Hashemi Rafsanjani foi eleito presidente, sendo reeleito em 1993. “O novo presidente encontrou uma economia destruída pela revolução, guerra e conflitos de ideologias.” (MACKEY, 2011, p.352).

O governo de Rafsanjani buscou modernizar a economia iraniana por meio de privatizações e criação de zonas de livre comércio para atrair investimentos estrangeiros. Investiu em infraestrutura e na industrialização do país. A sua presidência de 8 anos ficou popularmente conhecida como “o período da construção”. De maneira geral, nos primeiros 18 anos da



República Islâmica houve avanços importantes na melhoria das condições de vida dos iranianos, com a redução da pobreza, aumento das taxas de alfabetização, aumento da expectativa de vida e queda da mortalidade infantil. (MACKEY, 2008, P.180).

Na eleição presidencial de 1997, o candidato reformista Mohammad Khatami recebeu a esmagadora maioria dos votos, 70%. Khatami chegou ao poder com a proposta de realizar reformas políticas, concessão de mais liberdades as mulheres e melhorar a liberdade de expressão. Segundo Coggiola (2008, p. 111) Khatami mostrava-se um candidato empenhado em dar um “rosto humano” à Revolução Islâmica”. Reeleito em 2001, Khatami, buscou melhorar as relações com o Ocidente e conduziu as negociações sobre o programa nuclear entre 2003-2005.

Na eleição de junho de 2005, o candidato vitorioso foi o ultraconservador, Mahmoud Ahmadinejad. Sobre a eleição de Ahmadinejad, o historiador Coggiola aponta que,

Os habitantes das províncias pobres do Irã compareceram maciçamente às urnas para votar no ex-militar Ahmadinejad, apoiado pela setor mais anti- -Estados Unidos da hierarquia religiosa, que prometeu resistir à decadência do Ocidente, combater a corrupção e melhorar as condições de vida de milhões de iranianos. (COGGIOLA, 2007. P 280).

O governo de Ahmadinejad foi caracterizado pela defesa intransigente do direito nuclear da República Islâmica. Reeleito em 2009, durante o mandato de Ahmadinejad, o Irã sofreu as mais duras sanções unilaterais e multilaterais da história que asfixiou a economia, aumentou a inflação e o desemprego.

Em 2013, o candidato reformista Hassan Rouhani foi eleito o sétimo presidente da República Islâmica, sendo reeleito em 2017. Prometendo melhorar as relações com o Ocidente e melhorar a situação econômica com a suspensão das sanções econômicas, o governo de Rouhani foi responsável pelo acordo nuclear.

Passado 40 anos da revolução iraniana de 1979, a República Islâmica logrou alcançar avanços em nas áreas da educação, medicina, agricultura, nanotecnologia, nuclear, militar e outros campos, apesar das pressões políticas e econômicas do Ocidente.

## 2.4 O PROGRAMA NUCLEAR DO XÁ

A gênese das atividades nucleares do Irã remonta a década de 1950 e contou com o apoio do seu atual adversário, os Estados Unidos. Em 1957, no âmbito do “Programa Átomos pela Paz” que visava transferir tecnologia nuclear para uso civil para países aliados, os EUA assinou com o país persa um acordo de cooperação, resultando em 1967 na primeira instalação nuclear do Irã, o reator de pesquisa da Universidade de Teerã.

Em 1968, o Irã aderiu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que foi ratificado em 1970 pelo parlamento do país, tendo assim assegurado o direito legal de usar a energia nuclear para fins pacíficos ao mesmo tempo que se comprometeu a evitar a produção de armas nucleares

O programa nuclear do Irã, ganhou impulso com a crise internacional do petróleo de 1973 que provocou a disparada do preço do petróleo, elevando drasticamente as receitas iranianas. Nesse período, foram implementadas um conjuntos de reformas que visava a modernização do Irã conhecida como “Revolução Branca” dentre os planos estava a diversificação energética do país, visando minimizar a dependência do petróleo a longo prazo e atender a crescente demanda de eletricidade conforme aponta (LAMPREIA, 2015, P.134),

Esse renovado interesse na energia nuclear tinha suas raízes na necessidade de diversificar a matriz energética nacional e compensar, no longo prazo, o petróleo subtraído ao mercado doméstico por causa e um novo e provável embargo petrolífero imposto pelos países árabes. Por essa razão, os Estados Unidos e os principais países europeus (principalmente Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental), apoiaram o projeto nuclear iraniano lucrativo também para a indústria de componentes do Ocidente e garantiram a colaboração de seus próprios centros de pesquisa para o desenvolvimento atômico de Teerã.

Como parte do processo de estruturação, expansão e consolidação do programa nuclear, o Xá criou em março de 1974 a Organização de Energia Atômica do Irã (AEOI). Nesse contexto, importantes acordos de cooperação e contratos foram firmados com os Estados Unidos para treinamento de pessoal, construção de reatores nucleares e fornecimento de combustível.

O Xá ambicionava dominar o ciclo completo do combustível nuclear em um prazo de 20 anos, que incluía o enriquecimento de urânio e o reprocessamento, duas atividades de uso duplo que poderia ser utilizado para uso civil como para a produção de armas.

O monarca persa, de fato acreditava na necessidade de possuir, apesar de contar com a presença de Forças Armadas poderosas, as mais bem equipadas da região, um arsenal nuclear que seguisse a lógica da dissuasão. Em mais de uma ocasião, ele revelou que o desenvolvimento de artefatos atômicos por países próximos como Israel e Índia, o que realmente aconteceu entre o final dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970 levava o governo iraniano a cogitar a obtenção da arma atômica com a finalidade de não permitir a alteração dos equilíbrios regionais de poder contra os interesses do Irã. (LAMPREIA, 2015, P.25).

Além dos Estados Unidos, o Irã estabeleceu acordos de cooperação e contratos com outros países ocidentais, especialmente com a Alemanha e a França. Sobre essas parcerias, Lampreia aponta que,

O primeiro sinal dessa colaboração foi a contratação da companhia alemã Kraftwerk Union (KWU), a mesma que colaborava então com o Brasil para a construção de uma usina atômica em Buser. Um outro acordo de cooperação foi firmado com a França, em maio de 1975 em que visava estabelecer um centro de pesquisa e desenvolvimento nuclear e a construção de duas usinas nucleares. (LAMPREIA, 2015, p.55)

As ambições nucleares do Xá foram interrompidas com o processo revolucionário de 1979, como veremos a seguir, os principais colaboradores do programa nuclear se tornaram ferrenhos adversários com a instauração da República Islâmica.

## 2.5 O PROGRAMA NUCLEAR DA REPÚBLICA ISLÂMICA

Com a revolução iraniana de 1979 que derrubou a monarquia do Xá Reza Pahlavi e instaurou a República Islâmica, as atividades nucleares do Irã foram interrompidas. Em parte devido a suspensão pelos países Ocidentais dos acordos e contratos e por outra devido a decisões ideológicas, políticas e estratégicas do governo liderado pelo Aiatolá Khomeini.

O aiatolá Khomeini, guia supremo iraniano, expressou em diferentes ocasiões pareceres negativos em relação à energia nuclear e condenou as armas atômicas. Se este posicionamento era por um lado identificável com a moral islâmica, por outro pode ser entendido como uma ruptura em relação ao processo de modernização promovido pelo Xá. Além disso, qualquer atividade que tivesse como objetivo a retomada do programa nuclear poderia provocar uma reação por parte dos países ocidentais, alterar o equilíbrio militar com o Iraque e, por conseguinte o curso da guerra. (LAMPREIA, 2015, P.68)

Com o término da guerra com o Iraque e a morte do Aiatolá Khomeini em 1989, o Irã buscou retomar o programa nuclear com base em cálculos de interesses nacionais e econômicos, sobretudo relacionado as necessidades de fontes alternativas de energia para atender a crescente demanda por eletricidade do país. Nesse contexto, “por iniciativa do então presidente Hashemi Rafsanjani, o governo de Teerã decidiu reiniciar a construção da central de Busher.” (LAMPREIA, 2015, P.72).

Mediante a recusa dos Estados Unidos e a pressão exercida sobre os seus aliados para impedir o fornecimento de tecnologia e equipamentos nucleares, mesmo, os adquiridos antes da revolução, levou a República Islâmica a adotar uma estratégia de autossuficiência em ciência e tecnologia nuclear, buscando dominar o ciclo completo de enriquecimento. Mas, desenvolver um programa nuclear autônomo, representou um enorme desafio para a República Islâmica, pois os conhecimentos e equipamentos eram limitados para esse processo.

Em seu esforço para adquirir tecnologia nuclear, a República Islâmica buscou fechar acordos com diversos países que estava fora da orbita dos Estados Unidos, como Rússia, China, África do Sul, Ucrânia e Argentina, este ultimo, o Irã conseguiu firmar um acordo em 1988 para transferência de tecnologia de enriquecimento de urânio e a compra de urânio, porém os contratos foram repentinamente cancelados devido a pressão dos Estados Unidos.

Todavia as consultas aos russos e aos chineses foram proveitosas. O Irã conseguiu fechar acordos de colaboração com a Rússia em 1991 para reconstrução e operacionalização da Usina nuclear de Busher. Segundo, Lampreia (2015, P. 89) As assistências russa e chinesa, que duraram até o final da década de 1990, foram determinantes nessa fase do programa e representam ainda hoje grande importância na evolução das ambições nucleares do Irã.

É importante destacar que cooperação russa com o Irã foi no âmbito da construção da usina de Busher e o posterior fornecimento de combustível para o seu funcionamento. O objetivo do Irã em se livrar da dependência das potência e produzir o seu próprio combustível nuclear que para fins pacíficos (médicas, energéticas, agricultura, etc.) varia de 2,5% a 5% é o que vai despertar suspeitas e a crise que iniciou na década de 2000.

## 2.6 A CRISE NUCLEAR

Logo após o grupo de dissidentes iranianos denominado de Conselho de Resistência do Irã (NCRI) revelar em 2002 que o Irã possuía instalações nucleares não declaradas à Agência

Internacional de Energia Atômica (AEIA), caracterizando portanto uma violação do Tratado de Não Proliferação Nucleares (TNP) o qual o Irã é signatário. O país foi alvo de suspeitas da comunidade internacional em relação a real natureza e dimensão das atividades nucleares.

Imediatamente após as revelações, os Estados Unidos acusaram o Irã de desenvolver armas nucleares. O país persa havia sido incluso ao lado da Coreia do Norte e Iraque no “Eixo do Mal” um termo cunhado pelo então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush em janeiro de 2002. Supostamente esses países patrocinavam o terrorismo internacional e possuíam armas de destruição em massa. Mesmo sem provas, as acusações foram amplamente propagadas pela mídia ocidental, incutindo na opinião pública que o Irã representava uma ameaça a segurança internacional.

Em 2003, diante da pressão internacional, o Irã admitiu a existência de duas instalações nucleares, uma planta de enriquecimento de urânio em Natanz e um reator de água pesada em Arak. O país abriu as instalações para inspeção da AEIA, que ocorreu em 21 de fevereiro de 2003 e se comprometeu em dar transparência as atividades nucleares, iniciando uma fase de negociações que se estendeu até 2005, mas que não foi suficiente para chegar a um acordo definitivo.

Antes de analisar a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, abordarei algumas questões necessárias para compreender a complexa questão nuclear do Irã. O Irã tem direito a um programa nuclear? Quais as evidências que os iranianos estariam desenvolvendo armas nucleares? O Irã representa uma ameaça a paz mundial?

Existe uma vasta literatura sobre essas questões e na maioria das vezes divergentes, devido aos interesses geopolíticos, culturais, sociais e econômicos. Em relação a primeira questão, o Irã enquanto signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), assinado em 1968 e ratificado em 1970, tem o direito de desenvolver energia nuclear pacífica sob supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica (AEIA), conforme disposto no artigo IV do TNP.

*1. Nenhuma disposição deste Tratado será interpretada como afetando o direito inalienável de todas as Partes do Tratado de desenvolverem a pesquisa, a produção e a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, sem discriminação, e de conformidade com os artigos I e II deste Tratado.*

Apesar do legítimo direito do Irã de implementar um programa nuclear para fins pacíficos, periodicamente inspecionado pela AEIA, o Ocidente, em especial os Estados Unidos, reluta em

aceitar o desenvolvimento de tecnologia nuclear iraniano, insistindo na tese que o Irã estaria tentando desenvolver armas nucleares.

Conforme vimos no capítulo anterior, o programa nuclear que remonta a época do Xá foi desenvolvido com o apoio dos Estados Unidos e de países ocidentais. Em relação a natureza do programa nuclear do Xá, Mousavian (2012, p.197) aponta que o Xá não iniciou um programa nuclear militar mas ambicionava fazer.

Com a revolução iraniana de 1979 que derrubou a monarquia pró ocidental do Xá Reza Pahlavi, os Estados Unidos cancelaram os seus contratos nos projetos nucleares iranianos e pressionaram os outros países ocidentais a fazer o mesmo. A República Islâmica recorreu a países como China e Argentina mas a pressão americana levou ao encerramento dos acordos. O único bem sucedido foi o da Rússia em 1993 para o término da Usina de Busher que estava praticamente pronta quando a Alemanha abandonou a construção. Diante deste cenário, Mousavian (2012, p.197) aponta que o Irã não teve outra alternativa senão estabelecer o seu próprio programa nuclear, escondido da comunidade internacional, pois os Estados Unidos criaria obstáculos a qualquer tentativa de acesso do país persa a tecnologia nuclear pacífica assegurada pelo TNP. Dessa forma, segundo o autor, o próprio ocidente foi quem levou o Irã a desenvolver capacidade de produzir o seu próprio combustível nuclear.

O Irã sempre afirmou que o seu programa nuclear é de natureza exclusivamente pacífica. Em 2003, logo após tornar pública e reconhecer a existência de instalações nucleares, o país passou a cooperar com a AEIA e iniciou conversações com uma *troika* de países europeus visando chegar a um acordo que reconhecesse o direito do Irã ao enriquecimento de urânio e garantisse que não desviaria para fabricação de armas nucleares.

Apesar de relatórios técnicos da AEIA apontar que não havia provas que o Irã intencionava obter bombas atômicas, parte da comunidade internacional via com desconfiança o programa nuclear iraniano porque tecnicamente quem obtém a capacidade de enriquecer urânio para uso pacífico, pode, mediante elevação do nível de enriquecimento desenvolver armas nucleares.

### 3 O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S. PAULO

A origem do jornal Folha de S. Paulo remonta a 1921 quando os jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha fundaram o jornal Folha da Noite. Em julho de 1925 foi criado um segundo diário, a Folha da Manhã e 24 anos depois, à Folha da Tarde. Em 1960 os três jornais se fundiram, surgindo o jornal Folha de S. Paulo. (MOTA;CAPELATO, 1981, p14).

Desde 1984 a Folha de S. Paulo é o diário de maior circulação no país e a sua linha editorial é baseada na criticidade, pluralidade e apartidarismo<sup>3</sup>.

O *corpus* desta pesquisa é composta por 578 matérias do Jornal Folha de S. Paulo, sendo considerada para fins de análise apenas as matérias do primeiro caderno, mais especificadamente a seção mundo, dedicada aos assuntos internacionais e a seção editorial que apresenta a opinião do diário sobre os temas mais relevantes do noticiário.

As matérias acerca do programa nuclear do Irã foram encontradas por meio de buscas no Acervo Virtual do Jornal Folha de São Paulo. Primeiramente foi realizada buscas por meio das seguintes palavras chaves; “Irã”, “Programa nuclear iraniano”, “questão nuclear”, “questão nuclear iraniana”, os resultados foram analisados previamente para checar a correspondência com o tema proposto e salvos em arquivos PDF para ser analisados. Em seguida foram catalogados e classificados por tipo da matéria, título, subtítulo, assunto e origem em uma planilha do Excel.

Para melhor compreensão da cobertura do Jornal Folha de S. Paulo acerca do programa nuclear iraniano, as análises foram divididas em três partes. Na primeira seção abordaremos os eventos que desencadearam a crise nuclear iraniana e as negociações entre o Irã e os países europeus durante o governo de Mohammad Khatami, esse período corresponde a agosto de 2002 a agosto de 2005.

Na segunda parte é analisada as matérias da FSP publicadas entre agosto de 2005 e janeiro de 2010. Período caracterizado pela imposição das primeiras rodadas de sanções multilaterais contra o Irã.

Na terceira parte, é analisada a cobertura da Folha sobre as negociações entre o Brasil, Turquia e Irã, correspondendo ao período entre janeiro e dezembro de 2010. Por ultimo será

---

3 Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>

analisada os textos veiculados entre janeiro de 2011 à julho de 2015 data em que foi celebrado o Acordo Nuclear.

### 3.1 REVELAÇÃO E NEGOCIAÇÕES 2002-2005

No período entre agosto de 2002 e agosto de 2005 foram encontrados 72 matérias relacionadas ao programa nuclear do Irã, publicadas no Jornal Folha de S. Paulo.

No quesito produção, a maioria das matérias analisadas do período 2002-2005 foram baseadas em todo ou em parte em conteúdos de agências internacionais de notícias sinalizadas pela expressão “Redação com agências internacionais”. A rotulação dos nomes das agências ocorreram em poucas publicações e houve ainda matérias creditadas a jornais impressos estrangeiros.

**Tabela 1-**Composição das matérias da FSP 2002-2005

<b>Origem</b>	<b>N. de textos</b>	<b>% do total</b>
Redação com agências	35	48,00%
Redação	21	29,00%
Outros	4	5,00%
<b>Agências/jornais estrangeiros</b>		
Reuters	5	6,00%
Associated Press	1	1,00%
The Independent	1	1,00%
Financial Times	2	2,00%
New York Times	2	2,00%
Le Monde	1	
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados levantados pelo autor

Conforme exposto na tabela, a maioria das matérias do jornal Folha de S. Paulo, publicadas no intervalo 2002-2005 reproduziram informações de agências internacionais de notícias e jornais impressos estrangeiros. O diário veiculou quase exclusivamente conteúdos de duas agências, a britânica Reuters e a estadunidense Associated Press e contou ainda com a participação de jornais europeus e norte-americanos.

A primeira matéria publicada pela FSP sobre o programa nuclear do Irã se deu quatro meses após as revelações feitas pelo grupo dissidente iraniano NCRI em agosto de 2002.



Evidenciando que o assunto na época não foi explorado pelos meios de comunicações ocidentais. Essa tese é corroborada por Gaieta,

A princípio, a cobertura dessa entrevista coletiva pela mídia foi limitada. As informações anteriores dos representantes do NCRI provaram ser imprecisas e a atenção do público internacional ainda estava voltada para a próxima intervenção militar dos EUA no Iraque. No entanto, as declarações do NCRI sobre a existência desses locais influenciaram profundamente a evolução do projeto nuclear iraniano. ( GAIETA, 2015, p. 77).

Em dezembro de 2002, análises de imagens de satélites realizadas pelo Instituto de Ciência e Segurança Internacional (ISIS) que mostrava a localização das instalações nucleares de Natanz e Arak foram divulgadas pela imprensa norte-americana. Nesse contexto, o jornal Folha de S. Paulo publicou na seção mundo da edição de 13 de dezembro de 2002, uma matéria intitulada “EUA sabem de plano nuclear secreto do Irã, diz CNN”.

Vejamos o primeiro parágrafo do texto,

O governo dos EUA tem provas de que o Irã está construindo duas grandes instalações nucleares, fato que, até ontem, não era conhecido pela comunidade internacional, segundo informação divulgada na noite de ontem pela rede de TV CNN. Esta recebeu a notícia de autoridades graduadas americanas que não quiseram ter seus nomes revelados. ( FSP, 2003, p. 20).

Apesar da existência dessas instalações ter sido revelado em agosto de 2002, a divulgação das imagens inéditas de satélites confirmou que o Irã possuía de fato plantas nucleares não declaradas a AEIA. Esse evento recebeu cobertura significativa da mídia, mudando a atenção da opinião pública internacional para o programa nuclear iraniano (GAIETA, 2015, p.79).

Embora nada provasse que as instalações, fosse para uma eventual fabricação de bombas atômicas, a matéria reproduz opiniões de especialistas ouvidos pela CNN que faz referência a uma suposta tentativa do Irã de desenvolver armas nucleares.

“Especialistas em energia nuclear que trabalham para o governo dos EUA afirmaram que essas instalações nucleares têm um estilo e um tamanho que indicam que o Irã pode estar tentando construir uma arma nuclear. “

Essa matéria exemplifica a narrativa padrão presente nas reportagens da Folha de S. Paulo no período entre 2002 e 2005. O programa nuclear do Irã é apresentado como possivelmente para a fabricação de armas nucleares, apresentado sem nenhuma contextualização histórica, ignorando aspectos como o uso civil da tecnologia nuclear e o apoio que o Ocidente deu ao programa nuclear iraniano antes da revolução islâmica de 1979.

Logo após as revelações do NCRI, a AIEA solicitou ao Irã permissão para visitar os locais de Arak e Natanz, conforme relata Lampreia,

As descobertas de 2002 alimentaram graves suspeitas sobre a natureza e o grau de avanço do programa nuclear iraniano. Diante da pressão internacional, o Irã reconheceu a existência dessas instalações no início de 2003 e autorizou a realização de inspeções pela AEIA, não encontrado indícios que o Irã estivesse construindo armas nucleares. (LAMPREIA, 2014, P.52)

Em meio a invasão do Iraque pelos Estados Unidos em março de 2003, o programa nuclear do Irã voltou a ocupar o noticiário da FSP. O Iraque, havia sido incluído ao lado do Irã e da Coreia do Norte no “Eixo do mal” em janeiro de 2002 pelo então presidente dos Estados Unidos George W. Bush, esses países supostamente possuíam armas de destruição em massa.

A suposição de que o Irã possuía um programa de armas nucleares foi bastante explorada na edição da FSP de 09 de maio de 2003.

Figura 1 - Título das matérias da FSP, edição do dia 09/05/2003



Fonte: Folha de S.Paulo (09 mai. 2003).

O título do último texto, apontando que a República Islâmica teria condições de obter bomba atômicas em um prazo de dois anos, evidencia o nível de alarmismo que o tema nuclear iraniano foi tratado na época. Além da ausência de contextualização histórica, a matéria reforça a narrativa norte-americana segundo a qual o Irã não precisava de energia nuclear.

1) Quinto parágrafo: Para Washington, o Irã é um país rico em petróleo e em gás natural e, portanto não precisa produzir mais energia, o que torna seu programa nuclear suspeito.

O jornal reproduziu o argumento do governo dos Estados Unidos segundo o qual a República Islâmica não necessitava da energia nuclear devido às suas enormes reservas de combustíveis fósseis, em dezenas de reportagens entre 2002-2005. Entretanto, a colaboração dos EUA no projeto nuclear persa no período anterior à revolução islâmica de 1979 que visava a produção de energia sequer é mencionada.

Além de não evidenciar a hipocrisia dos Estados Unidos em relação ao programa da República Islâmica, a FSP persistiu dando ênfase apenas ao uso da tecnologia nuclear para a fabricação de armas nucleares, ocultando os usos em outros campos como medicina e agricultura.

A versão da República Islâmica sobre as acusações apresentadas nessa e na maioria das matérias foram com algumas exceções limitadas a no máximo um parágrafo apenas, conforme o exemplo a seguir.

1) Parágrafo 5: Rechaçando a acusação, o governo iraniano alega que o país consome boa parte de sua produção petrolífera e abriu suas instalações para inspeções da AEIA (Agência Internacional de Energia Atômica) em fevereiro.

Conforme foi mencionado anteriormente, o então presidente do Irã, Mohammad Khatami autorizou a inspeção das instalações nucleares iranianas alvo de suspeitas e negociou junto à França, Alemanha e Reino Unido, grupo que ficou conhecido como EU3, a suspensão das atividades de enriquecimento de urânio e a garantia de maior transparência em relação ao passado das atividades nucleares iranianas.

O acordo entre o Irã e o EU3 foi firmado em 22 de outubro de 2003. O Irã se comprometeu em cessar o enriquecimento de urânio e implementar de maneira facultativa um protocolo adicional que permitiria inspeções da AEIA mais rigorosas e de surpresa nas instalações nucleares. Em troca obteria o reconhecimento de seu direito à pesquisa nuclear e acesso à tecnologia nuclear necessária. (LAMPREIA, 2014, p.69).

Sobre o acordo entre a República Islâmica e o UE3 (Reino Unido, França e Alemanha), a FSP publicou na seção mundo da edição de 22 de outubro de 2003 duas reportagens sobre o assunto. A primeira intitulada “Pressionado, Irã para de processar urânio” assinada como “Redação com agências de notícias”, relata detalhes das negociações. O segundo texto, intitulado “Regime Islâmico usa programa para sobreviver” assinada pelo jornalista João Batista Natali, analisa o programa nuclear iraniano.

“Um país que extrai diariamente 3,8 milhões de barris de petróleo e só utiliza 1,3 milhões para seu consumo interno possui combustível de sobra para produzir eletricidade só por meio de centrais termelétricas. Não precisa de usinas term nucleares.”

O texto reforça o argumento apresentado pelos Estados Unidos e alguns países ocidentais de que o Irã não precisava da energia nuclear por possuir vastas reservas de petróleo e gás. Conforme apontado anteriormente, essa narrativa não esclarece porque os Estados Unidos e alguns países ocidentais cooperou com o programa nuclear do Xá no passado. Além disso, o Irã na condição de signatário do TNP possui o legítimo direito de produzir energia nuclear pra fins pacíficos, fato que não é mencionado no texto.

No editorial de 24 de outubro de 2003, intitulado de “Risco Nuclear” a FSP considera positivo o anúncio do Irã em suspender as atividades de enriquecimento de urânio e a permissão de inspeções mais rígidas pela AEIA.

“O saudável ceticismo, contudo, recomenda alguma cautela. O poder no Irã está dividido entre o governo do reformista presidente Mohamad Khatami e os clérigos conservadores liderados pelo aiatolá Ali Khamenei. Sob muitos aspectos, são os religiosos que detêm o real poder no país. E são eles, e não o governo, que acalentam sonhos de tornar o Irã em breve uma potência nuclear.”( editorial, 24 de outubro de 2003).

Neste trecho, o editorial aponta a ala religiosa do complexo sistema político da República Islâmica do Irã, liderada pelo líder supremo aiatolá Ali Khamenei como responsável por perseguir o objetivo de tornar o Irã uma “potência nuclear”.

No entanto, essa afirmação carece de fundamentação uma vez que, o líder e fundador da república Islâmica, Aiatolá Khomeini e o seu sucessor, Ali Khamenei, em reiteradas ocasiões se manifestaram contrários ao desenvolvimento de armas nucleares.

[...] emitiu um Ftwa, cancelando inteiramente o projeto e proibindo a produção de armas nucleares ou quaisquer outras de destruição em massa pelo Irã. Só depois que Khomeini faleceu em 1989, o aiatolá Ali Khamenei retomou o programa nuclear, porém sempre negou que o Irã pretendesse produzir armamentos atômicos e pretendeu alcançar um acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AEIA). (BANDEIRA, 2014, P.86)

Apesar das autoridades iranianas rejeitar a fabricação de armas nucleares, por outro lado defendem o direito inalienável do país de utilizar a tecnologia nuclear para fins pacíficos. Teerã tem trabalhado para dominar o ciclo completo<sup>4</sup> de enriquecimento de urânio para alimentar as suas usinas e reatores de pesquisas, diante da recusa dos países ocidentais de fornecer o combustível após a revolução islâmica de 1979.

A questão do enriquecimento de urânio foi o ponto central das negociações entre a República Islâmica e a UE3 (Reino Unido, França e Alemanha) em 2003. O argumento dos países europeus era que ao adquirir capacidade de enriquecer urânio, o Irã poderia desviar o material para construir uma bomba nuclear. Em termos técnicos, o nível de enriquecimento de urânio para a geração de eletricidade é de cerca de 5%, já para a fabricação de uma bomba atômica o material precisa ser enriquecido à 90%.

Após algumas rodadas de negociações, o UE3 e o Irã chegaram a um acordo provisório em outubro de 2003. A República Islâmica concordou em suspender provisoriamente as atividades de enriquecimento como uma medida de confiança, visando obter futuramente um acordo em que os países ocidentais pudesse reconhecer o direito do país ao enriquecimento de urânio. O país permitiu inspeções mais rigorosas da AEIA e entregou à agência relatórios sobre o passado das atividades nucleares.

Apesar das inspeções da AEIA não encontrar nenhuma prova da suposta bomba nuclear do Irã, o jornal Folha de S. Paulo continuou a noticiar a narrativa norte-americana que o Irã estaria desenvolvendo armas nucleares, publicando entre os meses de janeiro e dezembro de 2004, 24 reportagens sobre o assunto.

Em novembro de 2004 o Irã e o grupo chamado EU3 (Reino Unido, França e Alemanha), chegaram a um acordo que ficou conhecido como “Acordo de Paris”. Nos termos gerais do acordo, A República Islâmica, se comprometeu em suspender as atividades de enriquecimento

---

4 O ciclo completo de enriquecimento compreende as atividades de mineração e moagem do urânio, conversão, enriquecimento e fabricação do combustível. Mais informações em: <https://tutorials.nti.org/nuclear-101/>

de urânio até uma solução diplomática ser alcançada e fornecer garantias que não desviaria seu programa nuclear de fins civis para um de natureza militar e em contrapartida teria reconhecido o seu direito a tecnologia nuclear no âmbito do TNP.

As negociações para implementação do Acordo foram obstaculizadas diante da relutância do EU3 em aceitar o direito do Irã ao enriquecimento de combustível nuclear, em meio a esse impasse, uma mudança radical no sistema político iraniano paralisou completamente as negociações. A chegada de Ahmadinejad em agosto de 2005 alterou a política externa considerada conciliatória em torno da questão nuclear, tendo em vista que os dois anos de negociações 2003-2005 não resultara em acordos satisfatórios para o Irã.

### 3.2 SANÇÕES E TENSÕES 2005-2010

Ao assumir o cargo de presidente da República Islâmica do Irã, em agosto de 2005, Ahmadinejad radicalizou a posição iraniana acerca do programa nuclear elevando o desenvolvimento tecnológico nuclear persa ao nível de orgulho nacional. E como resposta a pressão ocidental, expandiu o programa nuclear que resultou no encaminhamento da questão nuclear iraniana ao Conselho de Segurança da ONU<sup>5</sup>, abrindo caminho para adoções de sanções.

Para melhor compreensão da cobertura da FSP, nesta seção será abordado o período entre agosto de 2005 e janeiro de 2010, tendo como marco inicial as mudanças na condução da questão nuclear iraniana com a posse de Ahmadinejad no cargo de presidente da República Islâmica, estendendo-se até o início das negociações entre o Brasil, Irã e Turquia. Abrangendo portanto, um período de 57 meses, caracterizado por tensões e sobretudo pelas primeiras sanções econômicas multilaterais contra a República Islâmica.

---

5 De acordo com a Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem a responsabilidade primária de manter a paz e a segurança internacional. O Conselho consiste de quinze membros, cinco dos quais - China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos - são membros permanentes. Os outros dez membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. Os cinco membros permanentes possuem poder de veto. Ver mais em: <https://tutorials.nti.org/glossary/?term=Reprocessing>

**Tabela 2-**Composição das matérias da FSP 2005-2010

<b>Origem</b>	<b>Número de textos</b>	<b>% total</b>
Redação com agências	101	56,00%
Redação	23	12,00%
Análises	8	4,00%
Capa	6	3,00%
Correspondentes	4	2,00%
Entrevistas	3	1,00%
<b>Agências/jornais</b>		
Reuters	10	5,00%
New York Times	8	4,00%
Associated Press	4	2,00%
Le Monde	02	1,00%
The Independent	3	1,00%
Financial Times	03	1,00%
France Press	1	1,00%

Fonte: Dados levantados pelo autor

Na análise da cobertura do Jornal Folha de S. Paulo no recorte temporal entre agosto de 2005 e janeiro de 2010 foram identificadas 178 matérias relacionadas ao programa nuclear da República Islâmica do Irã. Seguindo a tendência do recorte 2002-2005, 70% dos textos tiveram como fonte primária agências internacionais de notícias e jornais impressos estrangeiros baseados nos Estados Unidos e em países da Europa.

Apesar do papel fundamental das agências de notícias, na maioria dos textos não foi identificado o nome das agências, o jornal utilizou a expressão “Redação com agências internacionais”.

Sobre a não rotulação dos nomes das agências, (FOEG, 2011, p.29) aponta que,

“As contribuições por meio de agências ou são exploradas integralmente sem que haja rotulação, ou são parcialmente reescritas para fazê-las parecerem com uma contribuição editorial. Além do mais, existe uma prática de ‘incrementar’ as notícias de agência com o mínimo de esforço: por exemplo, as que não são publicadas são enriquecidas com imagens e gráficos e apresentadas como artigos abrangentes.”

Um outro dado importante é a utilização de conteúdos de praticamente três agências e jornais estrangeiros, conforme mostra a tabela 2.

Essa concentração resulta na propagação das mesmas notícias em nível global, que podem ser manipuladas e distorcidas para atender interesses geopolíticos de países e agências de inteligência. Em uma análise sobre a cobertura dos meios de comunicações estadunidenses de agosto a março de 1990 sobre a guerra do Iraque (1990), Chomsky (2017, p.165) aponta a ausência de notícias sobre a oposição democrática Iraquiana, segundo o autor, mesmo sendo um movimento muito bem organizado e articulado, a oposição iraquiana foi excluída da grande mídia norte-americana porque defendia ideias contrárias aos interesses dos Estados Unidos.

Poucos dias após Mahmoud Ahmadinejad assumir a presidência da República Islâmica do Irã, as atividades de enriquecimento de urânio para a produção de combustível nuclear foram retomadas. Na semana anterior, o Irã tinha rejeitado uma proposta da Alemanha, França e Reino Unido com o aval dos Estados Unidos que propunha a desistência do Irã em perseguir a produção do seu combustível nuclear em troca de incentivos econômicos.

A Folha de S. Paulo repercutiu a retomada das atividades nucleares do Irã na edição de 09 de agosto, página A 13, seção mundo.

Figura 2- Matéria do Jornal Folha de S. Paulo de 09 de agosto de 2005

**FOLHA MUNDO**

PÁGINA A 13 • SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2005

**“EIXO DO MAL” Após rejeitar proposta européia, país volta a processar urânio alegando querer produzir energia; EUA temem bomba**

## Irã ativa usina e retoma programa nuclear

**O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO**

**O QUE O IRÃ FEZ?**  
A usina de Isfahan começou ontem a transformar concentrado de minério de urânio (“yellowcake”) em tetrafluoreto de urânio, que duas etapas depois é transformado em urânio enriquecido (usado como fonte de energia nuclear).

**POR QUE RETOMAR O PROGRAMA?**  
Apesar de ter reservas de petróleo e gás natural, Irã quer diversificar suas fontes de energia e não confia em fornecimento externo. Irã não recebe ajuda financeira externa de tecnologia nuclear por não ser tratado.



**DA REDAÇÃO**

Dias após rechaçar uma proposta do Reino Unido, da França e da Alemanha que portia fim a um impasse internacional a respeito de seu controverso programa nuclear, o Irã retomou ontem as atividades em sua usina de conversão de urânio e voltou a alimentar rumores de que tentará produzir uma bomba atômica.

Hoje o conselho da AIEA (agência nuclear da ONU) se reúne em Viena para discutir a questão a pedido das três potências europeias. Ontem a agência confirmou que o Irã “retomou parcialmente suas atividades nucleares” de urânio enriquecido.

Mas Teerã rechaçou a oferta, descrevendo-a como “humilhante” e alegando que, sob o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, tem o direito de manter um programa para a produção de energia —além, igualmente, seu único objetivo.

Ontem pela manhã, dois funcionários da usina de Isfahan, na região central do país, alimentaram as linhas de conversão com “yellowcake” (concentrado de minério de urânio), para transformá-lo em tetrafluoreto de urânio. A parte da usina onde ocorre esse processamento não foi inspecionada pela AIEA, mas câmeras de vigilância foram instaladas.

Fonte: Folha de S.Paulo (09 ago. 2005)

Podemos notar o uso da expressão “Eixo do Mal” na retransmissão da matéria, jargão para as palavras que vem antes do título e do subtítulo para identificar o assunto da reportagem. No período entre agosto de 2005 e abril de 2006 esse termo foi utilizado na retransmissão de 24 reportagens. Depois o termo foi substituído pelas expressões “Questão nuclear”, “impasse nuclear” e “nuclear”.



A matéria do 09/07/2005, creditada a “Redação com agências internacionais apresenta do lado esquerdo um quadro com sete perguntas e respostas acerca do programa nuclear do Irã. Vale apenas mencionarmos a resposta da pergunta “Teerã pode ter usina nuclear?” de

Pelos acordos internacionais, sim, contanto que esta seja inspecionada para garantir que seu único fim é a produção de energia. O Irã afirma que tem direito de produzir sua própria energia e que seus propósitos são pacíficos, mas potências ocidentais, sobretudo os EUA temem que o país queira construir uma bomba atômica. (FSP, 2005 P.11)

Em uma rara exceção, o jornal aponta o legítimo direito do Irã a tecnologia nuclear mas em seguida menciona a acusação dos Estados Unidos segundo o qual o objetivo dos iranianos é construir bombas atômicas.

No início de 2006, as tensões entre a República Islâmica e o ocidente sobre o programa nuclear se agravaram. O presidente, Mahmoud Ahmadinejad, havia levantado os direitos nucleares do Irã como um símbolo de independência e da capacidade tecnológica do país. Em 10 de abril<sup>6</sup>, cientistas iranianos lograram enriquecer urânio a 3,6% na instalação de Natanz, com esse feito o Irã entrou para o seleto grupo de países a dominar o ciclo completo do combustível nuclear.

Figura 3 - Reportagem da FSP sobre o anúncio do Irã de enriquecer urânio



Fonte: Folha de S. Paulo (12 abr.2006, p.13)

6 Nesta data foi estabelecido o “dia Nacional da Tecnologia Nuclear”. Os cientistas iranianos conseguiram enriquecer urânio em uma centrífuga de fabricação nacional, posteriormente a AEIA reconheceu a entrada do Irã na lista de países com tecnologia nuclear. Fonte: <http://htv.mx/EAR>

A FSP noticiou o fato do Irã conseguir enriquecer urânio como um passo para a obtenção de energia nuclear e também para obtenção de bombas atômicas. Mais uma vez foi ocultada a importância da aquisição da tecnologia nuclear para o uso civil e ignorado o direito do país produzir combustível para alimentar as suas usinas nucleares e reatores de pesquisa. Livrando-se da dependência de países ocidentais, que em diversas ocasiões recusou ou criou obstáculos para fornecer tecnologia nuclear para fins pacíficos a República Islâmica.

A decisão do Irã de produzir o seu próprio combustível nuclear, gerou reação imediata das potências ocidentais, especialmente dos Estados Unidos e também de Israel que chegou a ameaçar um ataque militar ao Irã, caso o país não interrompesse o enriquecimento de urânio.

Mesmo sem evidências, que o programa nuclear iraniano era para fins militares, a questão foi encaminhada ao Conselho de Segurança da ONU. Em 31 de julho de 2006 foi aprovada a resolução 1696, exortando o Irã a suspender o enriquecimento de urânio sob pena de sanções, política e econômicas.

Em resposta e como prova de que não abriria mão do direito de produzir combustível, o então presidente Ahmadinejad deu mais um passo na expansão do programa nuclear, inaugurando a planta de produção de água pesada de Arak.

Em dezembro de 2002, o CS aprovou a resolução 1737, impondo a primeira rodada de sanções multilaterais contra o Irã.

**Quadro 1**-Lista de resoluções do Conselho de Segurança da ONU contra o Irã.

<b>Data</b>	<b>Resolução</b>	<b>Medidas</b>
31/06/2006	1696	Exige que o Irã suspenda todos os programas de enriquecimento de urânio. País recusa.
23/12/2006	1737	Proíbe o comércio com o Irã de, equipamentos, bens e tecnologia que pudesse contribuir com o programa nuclear iraniano e congela ativos financeiros de pessoas e instituições envolvidos nas atividades nucleares.
24/03/2007	1747	Proíbe as exportações de armas iranianas e congela ativos financeiros de 28 indivíduos e entidades
03/03/2008	1803	Restringe a importação de tecnologia de "uso duplo" usada tanto para fins pacíficos quanto militares e pede aos Estados-membros da ONU que inspecionem cargas suspeitas de transportar material nuclear de e para o Irã.
27/09/2008	1835	Endossa resoluções anteriores e que o Irã parasse de

enriquecer urânio à luz de um relatório da AIEA de 15 de setembro de que o Irã não cumpriu as exigências.

09/06/2010	1929	Endurece e expande as sanções anteriores, incluindo restrições a armas, finanças, transporte marítimo e outras "atividades sensíveis à proliferação".
10/06/2011	1984	Endossa as sanções e exorta os estados membros da ONU a cooperar.
07/06/2012	2049	Endossa a continuidade das sanções e à necessidade de cooperação de todos os países a esse respeito.

Fonte: Elaborado pelo autor

Além das sanções multilaterais da ONU, A República Islâmica do Irã já havia sido objeto de sanções econômicas unilaterais dos Estados Unidos desde o triunfo da revolução de 1979. Em 2009, no governo do então presidente, Barack Obama as sanções foram endurecidas, afetando gravemente as exportações de petróleo, principal fonte de receita do Irã.

As sanções tiveram o apoio dos países europeus, que adotaram posições contrárias aos seus próprios interesses econômicos como a restrição a importação de petróleo iraniano. ( LAMPREIA,2015, p.52).

Apesar do endurecimento das sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos e pressão sobre outros países para aplicar medidas semelhantes não mudou a posição iraniano sobre a questão nuclear. Houve uma significativa expansão e desenvolvimento do programa nuclear iraniano.

Em meados de 2009, o Irã e as cinco potências nucleares do Conselho de Segurança (CS) da ONU mais a Alemanha, grupo que ficou conhecido como P5+1 retomaram a mesa de negociações. Nesse contexto, o jornal Folha de S. Paulo deu pouca ênfase aos diálogos, a pauta havia sido dominada pela cobertura da conturbada reeleição do presidente Ahmadinejad e os protestos que seguiram as eleições de 2009 na República Islâmica.

Na edição de 10 de setembro de 2009, a FSP repercutiu a retomada das negociações entre a República Islâmica e as potências mundiais em uma reportagem intitulada “Irã apresenta oferta para retomar diálogo nuclear”.

Sob o Tratado de Não Proliferação Nuclear, Teerã tem direitos de desenvolver um programa atômico civil desde que em cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ligada à ONU. O Ocidente acusa o Irã de pretender enriquecer urânio para abastecer um arsenal atômico e pressiona, mediante sanções econômicas, pelo fim de todas as atividades nucleares iranianas. Os EUA avaliaram ontem que Teerã está prestes a ter a bomba. ( FSP, 10 de setembro de 2009, P. A20).

Em uma rara oportunidade, a FSP aponta o direito do Irã de possuir um programa nuclear para fins pacíficos. Na maioria dos textos analisados, esse fato é propositalmente ignorado ou omitido.

Conforme análise, a cobertura da FSP sobre as negociações nucleares de 2009 entre a República Islâmica e as potências ocidentais omitiu aspectos chave das negociações. Um desse aspectos foi a necessidade do Irã de adquirir combustível nuclear enriquecido a 20% para alimentar o Reator de Pesquisa de Teerã, adquirido dos Estados Unidos na década de 1960 e utilizado para produção de radiofármacos. A última aquisição de combustível para esse reator tinha sido realizada em 1987 da Argentina. Apesar dos esforços, o Irã ainda era incapaz de produzir o combustível por conta própria e foi impedido de comprar no mercado externo em decorrência das sanções internacionais. (GAIETTA, 2016, P. 143).

Sobre as negociações entre a República Islâmica e as Potências Ocidentais, Lampreia, aponta que,

Mediante aprovação dos Estados Unidos, da Rússia e da França, a AEIA promoveu um encontro em Viena para discutir o projeto, preparando uma minuta de acordo para enriquecimento do urânio na Rússia e sua posterior transformação em combustível na França. O Irã queria que a troca fosse simultânea e feita em seu próprio território. O diretor-geral da AEIA, Mohamed El Baredei, propôs que o urânio francamente enriquecido (LEU) fosse então embarcado para um terceiro país, possivelmente a Turquia, e que lá permanecesse sob a custódia da Agência até que o combustível fosse finalmente enviado ao Irã. (LAMPREIA, 2014, p.63)

Apesar das tentativas de chegar a um acordo, divergências em relação a quantidade do material nuclear e a localização da troca levaram ao fracasso das negociações. A República Islâmica rejeitou a proposta e decidiu enriquecer por conta própria, urânio a 20%. Nesse contexto, o Brasil e a Turquia tentou intermediar um acordo sobre a questão. Abordaremos esse tema na próxima seção.

### 3.3 O ACORDO, BRASIL, TURQUIA E IRÃ.

O impasse em torno da questão nuclear iraniana, complicou mais ainda com o fracasso das negociações de 2009 entre o Irã e o P5+1. Apesar do consenso do Conselho de Segurança da

ONU em impor sanções visando frear as atividades nucleares de Teerã, países como o Brasil e a Turquia na condição de membros não permanentes do CS via com descrença a efetividade das sanções e apostava na diplomacia para solucionar a questão.

Nesse cenário, o Brasil e a Turquia tomaram a iniciativa diplomática de intermediar um acordo com a República Islâmica. O presidente iraniano, Ahmadinejad, havia visitado o Brasil em novembro de 2009 e na oportunidade, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou o apoio ao direito do Irã possuir um programa nuclear pacífico de acordo com as regras internacionais. Lula, visitou o Irã em maio de 2010, ocasião em que foi selado um acordo conhecido como Declaração de Teerã.

Em relação a inédita iniciativa diplomática brasileira, levada a cabo pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, Bandeira, (2010, P.50) afirma que o chanceler viu na questão nuclear iraniana uma oportunidade de melhor propagar a presença do Brasil no cenário mundial.

A cobertura da FSP sobre o programa nuclear do Irã em 2010, foi a mais expressiva dentro do recorte temporal desta pesquisa. Foram encontrados 120 textos relacionados ao tema. As negociações capitaneada pelo Brasil sobre a questão foi acompanhado por especial interesse pelo jornal.

**Tabela 3-** Composição das matérias - 2010

<b>Origem</b>	<b>Quantidade de matérias</b>	<b>%do total</b>
Redação com agências	37	
Correspondente	29	
Redação	15	
Chamadas de capas	16	
Análises	6	
Entrevistas	5	

Agências	3	
Editorial	3	
Outros	6	
Total	120	

Fonte: Dados levantados pelo autor

De acordo com os dados da tabela 45 , as agências internacionais continuaram exercendo um papel fundamental na cobertura da FSP sobre o programa nuclear iraniano em 2010. O aumento da quantidade de reportagens assinadas por correspondentes foi resultado da participação de dois enviados especiais a Teerã em maio de 2010 em ocasião da visita do presidente Lula a capital persa. O jornal possuía ainda correspondentes internacionais nas cidades norte-americanas de Nova York, e Washington e em Jerusalém, capital de Israel.

O número significativo de chamadas de capas em comparação com o período anterior (16), indica a demasiada importância que o jornal deu a questão nuclear iraniana em 2010, especialmente sobre as negociações entre o Brasil, Turquia e Irã. Houve um aumento ainda da quantidade de análises, entrevistas e editoriais.

Em 17 de maio de 2010, o Brasil, Turquia e o Irã assinaram o acordo conhecido como “Declaração de Teerã” que basicamente consistia em uma troca de combustível nuclear. A República Islâmica enviaria 1.200 kilos de urânio pouco enriquecido a 3,5% para a Turquia em troca, após no máximo um ano, receberia 120 Kg de urânio enriquecido a 20% para alimentar o Reator de Pesquisa de Teerã, sob supervisão da AEIA.

Horas antes da oficialização do acordo entre o Brasil, Turquia e Irã, a edição do dia 17 de maio de 2010 da FSP foi as bancas anunciando o acordo.

Figura 4 - Capa da FSP anunciando o acordo Brasil, Turquia e Irã.

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★ WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRILAS FILHO      SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2010      EDIÇÃO SÃO PAULO/DF, CONCLUÍDA ÀS 23H37      R\$ 2,50

## Amorim anuncia acordo nuclear no Irã

Declaração oficial será feita hoje; EUA dizem ter sido informados, mas querem conhecer os termos para opinar

**esporte**  
**CORINTHIANS VENCE NO SUL E LIDERA; PALMEIRAS E SANTOS EMPATAM, E SÃO PAULO PERDE EM CASA**  
Págs. 92 e 93

**mercado aberto**  
**Seleção de Dunga ganhará a Copa, prevê consultoria econômica**  
Pág. 82

**folhateen**  
**Filhos de pais que se mudam muito contam sua experiência**  
Págs. 6 e 7

**ALVARO PEREIRA JÚNIOR**  
**Petrobras sustenta rock independente no Brasil**  
Pág. 11

**The New York Times**  
**Aumenta o abismo digital entre gerações**  
Pág. 1



**MARCELO NÍNIO**  
**SAMY ADGHIRNI**  
**ENVIADOS ESPECIAIS A TEERã**

Brasil, Irã e Turquia concluíram as bases de um acordo que pode romper o impasse sobre o programa nuclear iraniano, disse à Folha o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores).

O chanceler turco, Ahmet Davutoglu, confirmou: "Temos um acordo". O teor do documento deve ser anunciado hoje. Amorim disse que foi alcançada uma fórmula que atende à proposta da Agência Internacional de Energia Atômica.

O plano prevê que o Irã envie urânio pouco enriquecido para a Turquia e receba em troca o combustível enriquecido a até 20%, nível adequado para uso médico, mas não para produção da bomba atômica.

O anúncio oficial deve ser feito hoje, após encontro entre os presidentes Lula e Mahmoud Ahmadinejad e o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdoğan.

A Casa Branca disse ter recebido informações sobre o acordo, mas que qualquer avaliação só será possível após saber exatamente o que foi acertado. Pág. A12

**PRINCIPAIS PONTOS**

- 1. O Irã concordou em depositar 1.200 kg de urânio levemente enriquecido na Turquia
- 2. O depósito será feito em até um mês, assim que as potências aceitarem o acordo
- 3. Em troca, o Irã receberá 120 kg de combustível enriquecido para pesquisa
- 4. Se o acordo for violado, a Turquia devolve os 1.200 kg de urânio ao Irã

**Consórcio do governo fará 5 usinas no Peru**

O governo articula um consórcio entre Eletrobras, Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Engerix e a empresa GTZ, do Peru, para construir cinco hidrelétricas na Amazônia peruana, ao custo de US\$ 26 bilhões.

O valor supera o da usina de Belo Monte (R\$ 19 bilhões), em que OAS e Odebrecht foram derrotadas. A maior parte dos recursos virá de BNDES e Eletrobras. Pelo acordo, o Brasil ficará com 80% da energia. Pág. 10

Os presidentes Lula e Mahmoud Ahmadinejad em cerimônia de recepção em Teerã ontem

Fonte: FSP ( 17 mai. 2010)

Vejamos que a FSP noticia com ceticismo o anúncio do acordo nuclear com a República Islâmica. No subtítulo da manchete faz referência aos Estados Unidos deixando implícito que precisaria do aval norte-americano. Nesta edição, houve apenas uma reportagem interna, produzida pelos enviados especiais a Teerã, Marcelo Ninio e Samy Adghirni que obtiveram informações preliminares do acordo mas não foi explorado com profundidade.

O importante acordo nuclear costurado entre o Brasil, Irã e Turquia teve ampla cobertura nos dias seguintes ao pacto. Na edição de 18 de maio de 2010, a FSP dedicou 4 páginas da seção mundo ao tema.

**Tabela 4:** Matérias da FSP sobre o Acordo nuclear Brasil, Turquia e Irã - edição de 18/05/2010.

<b>Título</b>	<b>Origem</b>	<b>Pag.</b>
Acordo nuclear com Irã não convence potências	Enviados a Teerã	Capa
Acordo nuclear Brasil-Irã não convence EUA	Enviados a Teerã	A12
Café celebra ‘nova ordem mundial’	Enviados a Teerã	A12
Medvedev diz a Lula que se abriu no caminho	Enviado a Madri	A12
Europa expressa ceticismo; Brasil pede voto de confiança	Enviado a Madri	A14
Teerã promete saída do labirinto	Enviados a Teerã.	A15
Negociador iraniano diz que garantia fez diferença	Enviados a Teerã	A16
Só pacto não impede Irã de obter a bomba	Análise	A16

Fonte: Dados levantados pelo autor

Conforme a tabela 48, a maioria das reportagens foram elaboradas por enviados especiais a Teerã. Analisando os títulos das reportagens percebe-se que é ignorado a importância da atuação diplomática brasileira. A ênfase foi dada à rejeição do pacto pelos Estados Unidos e as críticas de alguns países europeus.

A análise publicada pela FSP , aponta a insuficiência do acordo,

O acordo de ontem não é suficiente para impedir o Irã de um dia obter uma arma nuclear, se os seus governantes assim quiserem. O país continua investindo no aumento da capacidade de enriquecer urânio através de ultracentrífugas, aumentar o grau do urânio radiativo de 20% aos 90% necessários a uma bomba é apenas uma questão de escala.” (FSP.18.mai.2010).

Segundo a análise da FSP, o acordo não impediria o Irã de obter armas nucleares pois o país continuaria enriquecendo urânio. Essa foi a mesma narrativa alegada pelos Estados Unidos para rejeitar o pacto. Porém é importante destacar que o acordo de iniciativa brasileira e turca foi baseado em uma proposta feita no ano anterior pela AEIA com o apoio do EUA e que foi recusada pelo Irã época. Deixa de citar ainda que tudo seria supervisionado pela AEIA evitando um eventual desvio do material para fins militares.



Um dia após o anúncio do acordo entre o Brasil, Turquia e o Irã, os Estados Unidos articulou no Conselho de Segurança da ONU a imposição de novas sanções contra o país persa. Os EUA considerou o acordo insatisfatório porque não proibia as atividades de enriquecimento.

A rejeição ao Acordo de Teerã pelos Estados Unidos e a sinalização de que novas sanções seria apresentadas ao Conselho de Segurança fez reverberar na edição da FSP de 19 de maio de 2010.

**Tabela 5:** Matérias publicadas na FSP, edição de 19 de maio de 2010.

<b>Título</b>	<b>Origem</b>	<b>Pag.</b>
EUA lançam proposta para novas sanções contra o Irã		Capa
O acordo	Editorial	
Potências selam acordo sobre novas sanções ao Irã	Correspondente	A 13
Para Amorim, EUA se precipitam ao insistir em sanções após trato	Sucursal	A14
EUA preferem status que a ousar em negociação	Análise	A14
Reação negativa dos EUA preocupa Brasil	Enviado a Madri	A 15
China elogia acordo mas defende punição	Pequim	A 13

Fonte: Dados levantados pelo autor

Nesta edição, além das reportagens, a FSP traz em seu editorial uma análise sobre o acordo selado entre o Brasil, Turquia e Irã e a atitude dos Estados Unidos em rejeitar a proposta e articular novas sanções. O editorial reforça a narrativa que a Declaração de Teerã não impediria o Irã de obter um artefato nuclear e questiona a efetividades das sanções.

Novas punições aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas talvez até mesmo gerem o efeito contrário. Poderão auxiliar e regime iraniano a seguir em sua estratégia de união nacional contra pressões consideradas indevidas e injustas por parte de países do Ocidente. (Editorial, 19, maio, 2010).

De fato, as sanções multilaterais da ONU e unilaterais dos Estados Unidos não fizeram os iranianos abandonar as atividades de enriquecimento de urânio ou empurrar para a mesa de negociações. A posição iraniana sobre o direito de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacífico se tornou uma questão de orgulho nacional, questão parecida com a causa nacionalista que levou a nacionalização do petróleo na década de 1950.

Em um outro trecho, o editorial aponta o “regime” iraniano e as atitudes de Ahmadinejad como responsáveis pelo fracasso das negociações.

Mas ainda que tenha sido assim, o comportamento pregresso do regime iraniano minou sua própria credibilidade. Os espetáculos racistas e belicosos patrocinados por Mahmoud Ahmadinejad, que negou o Holocausto e propôs riscar Israel do mapa, não foram esquecidos. E a sistemática recusa do país a se submeter à ONU e a agir com transparência em seu programa nuclear chegou a um ponto sem volta. (Editorial, 19, maio, 2010)

A menção a Israel é particularmente importante, pois o país é considerado ao lado do Estados Unidos o principal inimigo do programa nuclear da República Islâmica e atuou por diversos meios para impedi-lo. Israel é o único país do Oriente Médio que possui armas nucleares e apesar disso poucas vezes foi mencionado nas matérias analisadas até aqui.

### 3.4 SANÇÕES E O ACORDO 2011-2015

No período entre janeiro de 2011 e julho de 2015 o jornal Folha de S. Paulo publicou 187 matérias acerca da questão nuclear da República Islâmica. O diferencial em relação aos períodos anteriores foi o aumento dos textos oriundos de correspondentes. A FSP estabeleceu em junho de 2011 um correspondente fixo em Teerã, o jornalista Samy Adghirni permaneceu quase três anos relatando desde o Irã, os principais acontecimento e entre os quais o desenrolar da crise nuclear iraniana em um contexto marcado por pressões, sanções e também por negociações que culminaram no acordo nuclear de 2015.

**Tabela 6-** Classificação das matérias das FSP publicadas entre 2011-2015

<b>Origem</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%do total</b>
Redação com agências	47	25,13%
Correspondente	64	34,22%
Redação	10	5,35%
Chamadas de capas	9	4,81%
Análises	10	5,35%
Entrevistas	6	3,21%
Agências/jornais	20	10,70%
Editorial	5	2,67%
Outros	16	8,56%
Total	187	100,00%

Fonte: Dados levantados pelo autor

Apesar do aumento da quantidade de textos produzidos por correspondentes da FSP, as agências de notícias continuaram desempenhando uma participação importante, cerca 35% das matérias entre 2011-2015 foram baseadas no todo ou em parte em conteúdos de agências.

Em 2011 sanções mais duras foram impostas ao Irã, o objetivo era isolar os bancos iranianos do sistema financeiro internacional e asfixiar economicamente a República Islâmica por meio embargos a exportação de petróleo, setor vital da economia. O endurecimento e a imposição de novas sanções não fez o Irã abrir mão do direito de enriquecer urânio conforme exigia as potências ocidentais.

Em meio ao endurecimento das sanções, uma onda de assassinatos de cientistas nucleares iranianos agravou o impasse do programa nuclear. Em janeiro de 2012, foi assassinado o professor universitário Mostafa Ahmadi Roshan, vítima de um ataque a bomba. Entre 2010 e

2012 quatro cientistas<sup>7</sup> com vínculos com programa nuclear do Irã foram assassinados. . Sobre o assassinato de cientistas iranianos ligado ao programa nuclear Gaieta aponta que;

Todas operações foram supostamente realizadas ou coordenadas pelos serviços secretos israelenses, o Mossad. Junto com outras operações de inteligência, eles contribuíram para um aumento da tensão em torno do programa nuclear iraniano e impediram a possibilidade de uma solução diplomática, que foi tornada ainda mais difícil por uma nova e massiva onda de sanções. (GAIETA, 2015, p. 77).

O jornal Folha de S. Paulo noticiou o assassinato do cientista nuclear Mostafa Ahmadi na edição de 12 de janeiro de 2012. A matéria assinada pelo correspondente da Folha em Teerã, Samy Adghrini detalha o acontecimento.



Fonte: FSP ( 12 jan. 2012, p.A14)

Apesar do assassinato dos cientistas iranianos ser considerado pela República Islâmica como um atentado terrorista, a matéria atribui como um “ataque a bomba” e tampouco taxou como crime o assassinato dos cientistas. Se fosse em algum país ocidental certamente seria taxado como terrorismo. Em uma outra reportagem sobre o assunto, intitulada de “Irã prende 15 pessoas por complô contra cientistas nucleares” veiculada na edição de 19 de abril de 2012 e assinada como “Das Agências de notícias” um trecho da matéria diz que: “Ao menos cinco cientistas do programa nuclear iraniano foram mortos sob circunstâncias misteriosas desde 2007, um dele foi Mostafa

Ahmadi Roshan, vice-diretor da usina de enriquecimento de urânio de Natanz, morto em janeiro por uma bomba magnética presa a seu carro.”

Vejamos que a morte dos cientistas é atribuídas a “circunstancias misteriosas” quando já se sabia que os crimes foram praticados por agentes ligados ao serviço secreto israelense, inimigo declarado do programa nuclear da República Islâmica.

Em março de 2012 o Irã e o grupo conhecido como P5+1 ( China, Rússia, EUA, França, Reino Unido e Alemanha) retomaram os diálogos nucleares, as potências exigiam a suspensão do enriquecimento a 20%, por outro lado, Teerã queria o reconhecimento do seu direito de enriquecimento e a retiradas das sanções econômicas. Mais uma vez as negociações fracassaram e sanções mais duras foram impostas a República Islâmica.

Em junho de 2013, foi eleito presidente do Irã, o ex negociador chefe do programa nuclear do Irã, Hassan Rowhani. Eleito com a promessa de melhorar a situação econômica do país asfixiada pelas sanções e resolver o impasse nuclear, em setembro de 2013, houve a primeira relação direta entre o Irã e os Estados Unidos desde a revolução iraniana de 1979.

Em novembro de 2013, a República Islâmica e o grupo 5+1 chegaram a um acordo provisório, o Irã assumiu concordou em suspender o enriquecimento de urânio a 20%. Com acordo provisório, foram necessários mais 20 meses de negociações para um acordo final. que foi alcançado em 15 de julho de 2015.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou analisar a cobertura do Jornal Folha de S. Paulo acerca do programa nuclear do Irã. Os resultados apontou um expressivo número de matérias veiculadas sobre o tema. Foi evidenciado que a maioria das reportagens foram produzidas com base em conteúdos de agências internacionais de notícias e de jornais internacionais baseados em países ocidentais, notadamente nos Estados Unidos e na Europa.

As análises evidenciou ainda a ausência de contextualização histórica acerca do programa nuclear da República Islâmica, omitindo a colaboração de países ocidentais como os Estados Unidos, França e Alemanha no programa nuclear do Irã antes da revolução islâmica de 1979. E que a República Islâmica se viu obrigada a enriquecer urânio devido a recusa do Ocidente em fornecê-lo. Além disso foi ignorado na maioria das matérias os usos da energia nuclear, apontado como apenas para a geração de eletricidade ou para a produção de bomba atômica.

Por fim, a abordagem do jornal Folha de S. Paulo seguiu quase sempre a narrativa norte-americana, reproduzindo expressões como “Eixo do Mal” e destacando que a República Islâmica não necessitava de energia nuclear devido as enormes reservas de petróleo.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA , Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** [S. l.]: Civilização Brasileira, 2015. 900 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luis Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Brasil (1998). Decreto n.2864 de 7 de dezembro de 1998. Brasília, DF: Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2864.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm). Acesso em 20 abr. 2021.
- CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de São Paulo: 1921-1981.** São Paulo: impress, 1981.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo:Contexto, 2013.
- CHOMSKY, Noam. **Quem Manda no Mundo?.** [S. l.]: Crítica, 2017. 511 p.
- COGIOLLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2008
- COSTA, Renatho; TRAUMANN , Andrew (org.). **República Islâmica do Irã 40 anos: de Khomeini a Soleimani.** [S. l.]: Autografia, 2020. 332 p.
- GAIETTA, Michele. **The Trajectory of Iran's Nuclear Program.** 1. ed. [S. l.]: Palgrave Macmillan US, 2015. 282
- IRÃ. **Constituição da República Islâmica do Irã.** Disponível em: <https://brazil.mfa.gov.ir/> Acesso em: 22 fev.2021
- LAMPREIA , Luiz Felipe. **Aposta em Teerã: O acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã.** [S. l.]: Objetiva, 2014. 152 p.
- MACKEY, Sandra. **Os iranianos: Pérsia, Islã e a alma de uma nação.** Tradução Solution Idiomas Ltda. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- MOUSAVIAN, Seyed Hossein (org.). **Iran and the United States: An Insider's View on the Failed Past and the Road to Peace.** 1ª edição. ed. [S. l.]: Bloomsbury Academic, 2014. 363 p.
- Retos y logros de una Revolución: : Una República Islámica. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.hispantv.com/noticias/politica/408909/revolucion-republica-islamica-elecciones-referendo-democracia>. Acesso em: 1 jan. 2021.
- SWISS PROPAGANDA RESEARCH. Os multiplicadores de propaganda: Como as agências de notícias globais e os media do ocidente informam sobre geopolítica. OffGuardian, [s. l.], 2016.Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/04/23/a-propagacao-hegemonica-como-as-agencias-globais-e-a-midia-ocidental-cobrem-a-geopolitica-parte-1/>. Acesso em: 1 jan. 2021.